

“DECRETO DO REI”: POR UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DA INGERÊNCIA DO PALÁCIO NA ECONOMIA BABILÔNICA ANTIGA

Marcelo Rede

Universidade Federal Fluminense

Resumo

Os decretos reais do período Babilônico Antigo foram objeto de uma literatura diversificada, na qual aparecem, predominantemente, como resultado de uma crise econômica e como tentativa do soberano de restabelecer a justiça social. Nem sempre houve, porém, uma adequada distinção das várias medidas que compunham os decretos. Neste artigo, procura-se reavaliar, sob nova luz, a natureza e a dimensão da ingerência do rei na vida econômica doméstica, em particular na circulação dos bens imobiliários.

Palavras-Chave

Babilônia • Larsa • Decretos Reais • Economia Doméstica • Circulação Imobiliária

Abstract

The royal edicts from the Ancient Babylonian period have been subject of a diversified literature, in which they are treated, predominantly, as the result of an economic crisis and the sovereign's trial to re-establish social justice. An adequate distinction of the different measures that summed up the edicts was not always pursued. The present article tries to reevaluate, under a new perspective, the nature and dimension of the king's interference into the household economy, particularly regarding the circulation of real estate possessions.

Keywords

Babylon • Larsa • Royal Edicts • Household Economy • Real Estate Circulation

Durante o IIIº milênio a.C., na região sul da antiga Mesopotâmia, no atual Iraque, surgiram ou consolidaram-se diversos centros urbanos formados por uma população predominantemente suméria: Uruk, Eridu, Ur, Kish, Shuruppak, Lagash etc. Na paisagem destas aglomerações, destacava-se uma organização complexa cuja natureza nem sempre é fácil de estabelecer, uma vez que a delimitação (mas também simbiose) entre templos e palácios, que seria a marca dos dois milênios posteriores, ainda não se configurava claramente. Do ponto de vista econômico, esta organização central foi, por vezes, concebida como uma estrutura englobante e monopolizadora, que teria controlado a totalidade dos fatores de produção – em particular, as terras e os recursos hídricos – e grande parte da mão-de-obra. Tal visão extrema deve, sem dúvida, ser relativizada, em benefício de uma consideração mais adequada do papel das instâncias domésticas e comunais na vida econômica suméria. Sem que seja necessário falar de uma economia privada triunfante ou subestimar a importância da economia templária ou palaciana, o panorama que emerge no estado atual das pesquisas é muito mais nuançado e complexo, reconhecendo a função articuladora dos templos e palácios na vida material, mas também enfatizando a importância dos empreendimentos econômicos à margem daquelas instituições. A transição do IIIº para o IIº milênio operou transformações consideráveis nas sociedades espalhadas nos vales dos rios Tigre e Eufrates. A chegada maciça de populações amorritas levou a uma nova configuração dos centros de poder e de suas relações com as comunidades locais. Os palácios e os templos continuam ocupando uma posição central, mas, ao mesmo tempo, a economia doméstica expande-se e consolida-se. Nas cidades-reinos que se firmam neste novo cenário – Babilônia, Isin, Larsa, Sippar, Eshnunna, Assur, Mari –, as tensões geradas pela dinâmica das relações econômicas podem levar os soberanos a intervirem não apenas na própria esfera palaciana como também no âmbito familiar e nas relações privadas. Durante o chamado período babilônico antigo (primeira metade do IIº milênio), alguns exemplos desta intervenção são conhecidos e foram objeto de amplo interesse por parte dos especialistas.

Quando observamos as relações que regem a apropriação do solo urbano e rural na antiga Babilônia, notamos que o acesso das famílias aos terrenos nasce e desenvolve-se no interior da rede de parentesco e nos contatos com os demais grupos domésticos, especialmente na vizinhança. Em outros termos, são relações profundamente marcadas pela proximidade. A apropriação familiar é, portanto, um universo bem delimitado e bastante autônomo, mas não completamente independente: ela sofre, igualmente, as influências do mundo exterior,

provenientes dos contatos que o grupo doméstico entretém com os templos, com o palácio e com a comunidade. Assim, as alienações e as transmissões em herança dos terrenos constituem apenas uma parcela do controle do espaço praticado pelas famílias e não devem ser confundidas, como ocorre frequentemente, com o conjunto da chamada ‘propriedade familiar’.

Neste quadro, as intervenções do palácio e dos organismos comunitários no universo fundiário limitam-se, normalmente, aos problemas que afetam os terrenos (e, eventualmente, também construções) que se encontram em suas respectivas jurisdições: é assim, por exemplo, que o rei pode interferir sobre as disputas dos campos palacianos que foram distribuídos aos funcionários como forma de pagamento ou, por outro lado, que a assembléia e o conselho de anciãos de uma cidade procuram regulamentar o acesso aos campos comunais e resolver eventuais disputas de posse. Evidentemente, estas ingerências afetam a economia familiar na medida que os terrenos de origem palaciana ou comunal fazem parte da vida material do grupo: servidores do rei e membros da comunidade são, ao mesmo tempo, integrantes de grupos domésticos, de modo que há uma tendência a diluir os recursos provenientes de fontes diversas no empreendimento da família, sem levar em conta as diferenças de origem. Em muitos casos, esta diluição acaba implicando uma confusão quanto ao estatuto apropriativo de um terreno, gerando conflitos. Para o historiador, este é um elemento de complicação, pois nem sempre é possível distinguir claramente a situação de um bem fundiário sob controle familiar, já que este pode provir do patrimônio ancestral do grupo, de uma cessão comunitária ou, ainda, de um benefício outorgado pelo soberano. No entanto, o que nos interessa diretamente, aqui, não é esta complexidade da base fundiária dos grupos domésticos, mas o fato de que, em situações relativamente excepcionais, o palácio pudesse interferir nas relações apropriativas familiares, alterando-as consideravelmente. Esta é a substância dos decretos reais¹ do período babilônico antigo: de tempos

¹ Quanto à nomenclatura dos editos reais, notemos o seguinte: nos contratos de Larsa, a expressão utilizada correntemente é *simdat sharrim*, ‘decreto do rei’ (a variante *awat sharrim*, ‘palavra do rei’, é mais rara). Na literatura especializada, serão igualmente encontrados outros termos, em particular *mîsharum* (que adotarei, seguindo a tradição, quando me referir genericamente aos editos) e *andurârum*. Para a terminologia, ver os dicionários: AHw e CAD s.v., bem como LANDSBERGER, B. Die babylonischen Termini für Gesetz und Recht. In: J. Friedrich, J. G. Lautner e J. Miles (eds.) *Symbolae ad Iura Orientis Antiqui Pertinentes Paulo Koschaker Dedicatae*. Leiden: E. J. Brill, 1939, p. 219-234; KRAUS, F. R. *Ein Edikt des Königs Ammi-saduqa von Babylon*. Leiden: E. J. Brill, 1958, p. 183 ss. e 195 ss. e

em tempos, um ato do soberano remete em causa as transações imobiliárias realizadas, conferindo legitimidade às reivindicações daqueles que alienaram seu patrimônio, ou de seus descendentes, obrigando os compradores a firmarem um novo acordo.

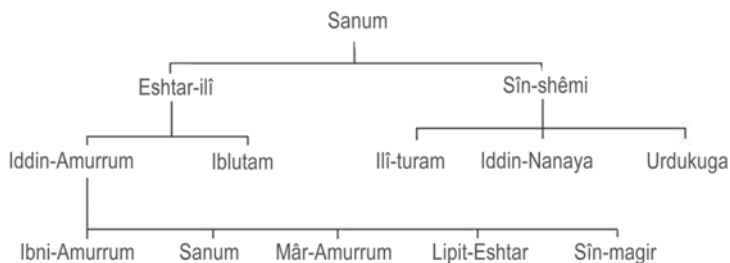
O caso do reino de Larsa, no sul da antiga Mesopotâmia, apresenta uma dupla vantagem estratégica para a reavaliação da questão dos editos reais: em primeiro lugar, uma documentação contratual única permite a verificação minuciosa das decorrências diretas da aplicação dos decretos reais no universo imobiliário; em segundo lugar, do ponto de vista historiográfico, foi a situação de Larsa que, juntamente com a da própria Babilônia, esteve no centro das formulações dos especialistas que trataram do assunto. Assim, embora não se

KRAUS, F. R. *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit*. Leiden: E. J. Brill, 1984, 297 ss.); ELLIS, M. DE J. Simdatu in the old Babylonian sources. *Journal of Cuneiform Studies*, 1971-2, 24, p. 74 ss.; BOUZON, E. Die soziale Bedeutung des simdat-sharrim-Aktes nach den Kaufverträgen der Rim-Sin-Zeit. In: DIETRICH, M. e LORETZ, O. (eds.) *Vom Alten Orient zum Alten Testament*. Neukirchen: Butzon und Bercker, 1995, p. 11-30. Para o termo *andurârum* e seu sentido de 'retour au statut antérieur', ver CHARPIN, D. L'andurârum à Mari. *Mari Annales de Recherches Interdisciplinaires*, 6, 1990, p. 253. Para a equivalência entre o termo acadiano *andurârum* e o hurrita *kirenzi* nos arquivos do reino de Arrapha, ver LION, B. L'andurâru à l'époque médio-babylonienne, d'après les documents de Terqa, Nuzi et Arrapha. *Studies on the Civilization and Culture of Nuzi and the Hurrians*, 10, 1999, p. 319, que cita a bibliografia anterior. As diferenças não são, entretanto, apenas terminológicas e certos autores enfatizaram as dessemelhanças entre a 'lei', tal qual nos é conhecida a partir dos 'códigos' mesopotâmicos, a *mîsharum* e a *simdat sharrim*: em último lugar, ver VEENHOF, K. R. The relation between royal decrees and 'law codes' of the Old Babylonian period. *Jaarbericht Ex Oriente Lux*, 35-36, 1997-2000, p. 49-83. J.-M. Durand chamou a atenção para a diferença entre a noção de *kittum*, o exercício estável da justiça, e de *mîsharum*, intervenção pontual do soberano visando uma reordenação circunstanciada; cf. DURAND, J.-M. Rapports sur les conférences - Sumérien. *Annuaire de l'École Pratique des Hautes Études*. Paris, 1976-7, p. 155-176; ver também CHARPIN, D. *Archives Familiales et propriété privé en Babylonie ancienne: étude des documents de Tell Sifr*. Genève: Librairie Droz, 1980, p. 133, n. b. A complementaridade e a oposição entre estes dois princípios já havia sido notada por VAN PROOSDIJ, B. A., Shar mîsharim. Titre des rois babyloniens comme législateurs. In: DAVID, M.; VAN GRONIGEN, B. A. e MEIJERS, E. M. (eds.), *Symbolae ad jus et historiam antiquitatis pertinentes Julio Christiano Van Oven dedicatae*. Leiden: E. J. Brill, 1946, p. 35. Outros autores consideraram que a *simdat sharrim* era apenas uma parte da *mîsharum* (por exemplo, BOUZON, Die soziale Bedeutung des simdat-sharrim-Aktes nach den Kaufverträgen der Rim-Sin-Zeit, *op. cit.*, p. 21, mas ver a crítica de GODDEERIS, A. *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC.)*. Leuven: Peeters, 2002, p. 326; o próprio KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit*, *op. cit.* p. 302 defendeu que a *mîsharum* misturava medidas pontuais e regulamentos de longo termo, que podiam ser considerados como sendo verdadeiras leis (*Gesetz*).

trate, aqui, de propor uma teoria geral do complexo problema dos editos reais, acredito que as conclusões estabelecidas possam ser, com certo cuidado e em algum grau, generalizadas para o período Babilônico Antigo.²

Há duas evidências documentais principais do fenômeno: os próprios editos reais, cujos textos muito raramente sobreviveram até nós, como veremos, e os contratos conservados nos arquivos familiares.³ Começarei, então, evocando as ocorrências e seu contexto no caso de Larsa, em particular a partir do estudo dos arquivos de uma família bem documentada, que conhecemos ao longo de quatro gerações (ver figura 1);⁴ depois, buscarei propor uma nova interpretação sobre a natureza e o alcance das intervenções do palácio no sistema doméstico de apropriação do espaço.

Figura 1
A família Sanum



² Por outro lado, os importantes efeitos das medidas reais sobre a vida comercial, a escravidão por endividamento e o sistema tributário serão considerados de um modo apenas tangencial neste artigo.

³ Uma terceira evidência documental é mais pontual e não ocorre em Larsa: as menções aos editos de tipo *mîsharum* nas fórmulas de datação; embora pouco loquazes, tais menções permitem situar cronologicamente com maior precisão um edito no decorrer do reinado de um soberano.

⁴ O estudo dos arquivos da família Sanum, hoje conservados no Museu do Louvre (série TCL), foi objeto de minha tese de doutorado, defendida na Sorbonne sob orientação de D. Charpin (cf. REDE, M. *L'Appropriation domestique de l'espace à Larsa – La trajectoire de la famille Sanum*. 2 Volumes. Tese de Doutorado. Université de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, 2004). Agradeço, em particular, Béatrice André-Salvini, curadora-chefe dos tabletes cuneiformes do Louvre, pela autorização para trabalhar e publicar os arquivos da família Sanum. Aproveito, igualmente, para agradecer Macha Kouzmina, que gentilmente traduziu, do russo, vários capítulos da importante tese de N. Kozyreva sobre Larsa (KOZYREVA, N. V. *Drievnya Larsa. Otcherki choziaystviennoy jizni*. Moscou: Nauka, 1988).

Os dados de Larsa

Para uma família de compradores de imóveis, como os Sanum, as dificuldades decorrentes das anulações das transações pelo rei começaram tardiamente, apenas na terceira geração que conhecemos. No entanto, talvez isto se deva a uma ilusão proveniente do caráter lacunar dos arquivos familiares: é pouco provável que os membros das duas primeiras gerações, como Eshtar-ilê e Sîn-shêmi, tenham permanecido ao abrigo de todas as reivindicações por parte de vendedores descontentes amparados por um eventual edito real. Em todo caso, não se deve descartar totalmente a hipótese de que nenhum edito deste tipo tenha existido durante a época de Warad-Sîn: com efeito, não conhecemos nenhum indício mostrando o contrário⁵ e é mesmo duvidoso que o rei Rîm-Sîn tenha tomado tal medida antes do 25º ano de seu reinado.⁶

Foi justamente a partir deste ano que Iddin-Amurru foi obrigado a pagar compensações a fim de preservar os terrenos adquiridos anteriormente. No mês IX do ano Rîm-Sîn 25, ele deu 16 siclos de prata a Il-littul e seu irmão Iliyatum no intuito de evitar que estes retomassem a casa vendida por eles e por seu pai, Abi-iddinam.⁷ Neste caso, felizmente, conhecemos a operação original:⁸ ela ocorrera cinco anos antes e Iddin-Amurru pagara, na ocasião, 1 mina e 6 siclos de prata pelo terreno construído; a compensação foi equivalente, portanto, a quase 25% do preço inicial do imóvel. Parece que, entretanto, o pai havia falecido e que a

Quadro 1 Cronologia comparada Larsa e Babilônia	
Larsa	Babilônia
Warad-Sîn (1835-1823)	
Rîm-Sîn (1822-1763)	Sîn-muballit (1812-1793)
(Dominação Babilônica)	Hammu-rabi (1792-1750)
Rîm-Sîn II (1741-1736)	Samsu-iluna (1749-1712)
(Babilônia perde o controle do sul)	Abi-eshuh (1711-1684)
	Ammi-ditana (1683-1647)
	Ammi-saduqa (1646-1626)
	Samsu-ditana (1625-1595)

⁵ Até o momento, não se conhece nenhum texto de decreto de tipo *mîsharum* proveniente do reino de Larsa. A restituição do processo depende, então, quase inteiramente dos traços deixados pela decisão real nos contratos privados arquivados pelas famílias e, secundariamente, da correspondência, que apresenta a desvantagem de ser dificilmente datável. O fato de que

reclamação de um pagamento suplementar baseada no decreto real tenha sido feita exclusivamente pelos filhos.

Em um segundo caso, possuímos igualmente o contrato de transferência do imóvel e o contrato de compensação. No ano Rîm-Sîn 16, Iddin-Amurru havia comprado de dois vizinhos, Nûr-Sîn e Nûr-Shamash, um terreno construído pelo valor de 17 siclos de prata.⁹ Algum tempo mais tarde, Nûr-Sîn obteve uma compensação de 5 siclos de prata, fundando sua reivindicação em um decreto do rei.¹⁰ Como no caso precedente, um dos vendedores parece ter morrido entre a venda original e o momento da compensação.¹¹

os reis de Larsa não comemoraram seus editos-*mîsharum* nas fórmulas de datação não contribui para que se possa estabelecer uma cronologia mais exata. Assim, em geral, somos obrigados a supor que os decretos reais vieram à luz em uma data imediatamente anterior àquela dos contratos nos quais suas conseqüências se manifestam.

⁶ A evidência para uma *mîsharum* pouco antes do ano 15 de Rîm-Sîn é frágil: trata-se de um contrato de transferência imobiliária (TCL,10,40), datado do mês XII do ano Rîm-Sîn 15; nas linhas 19-23, lê-se que Ku-ninshubur havia comprado o pomar “*após que a frente do país fora purificada e que os documentos selados foram eliminados*” (*ish-tu pu-ut ma-tim i-li-lu-ma ù ku-nu-ka-tum i-ta-ab-ka*); é tentador ver aí os reflexos de uma anulação dos contratos, mas este é um indício totalmente isolado e, no mais, o formulário da frase é bastante distante do utilizado pelos contratos posteriores. KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit*, op. cit. p. 33 sugere que o documento tenha sua razão de ser em um acordo entre pessoas privadas e que a transferência do terreno represente, de fato, o pagamento de uma dívida (ver igualmente RENGGER, J. Royal edicts of the old Babylonian period: structural background. In: HUDSON, M. e VAN DE MIEROOP, M. (eds.) *Debt and economic renewal in the ancient Near East*. Bethesda: CDL Press, 2002, p.152. e GODDEERIS, *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC.)*. cit. p. 328. Por outro lado, parece que, ao contrário dos reis babilônios posteriores, Rîm-Sîn não promulgou uma *mîsharum* logo no início de seu reinado. O fato de que a *mîsharum* do ano 25 (ou pouco anterior) seja a primeira parece confirmado pela menção de uma terceira *simdat sharrim* de Rîm-Sîn em um documento (VS,13,81) que data do primeiro mês do 41º ano de seu governo: a expressão faria, então, alusão aos decretos, muito bem atestados, cujos *terminus ante quem* seriam os anos 25, 34 e 41 de Rîm-Sîn. Para a interpretação de VS,13,81, ver KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit., p. 45 ss. e BOUZON, E. *Contratos pré-hammurabianos do reino de Larsa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 228 A tentativa de correção do texto pelo CAD,E:431 s.v. *ezibtum* (que, ao invés de ‘3º decreto’, entendeu ‘1/3 de gán de terreno’) deve ser, sem dúvida, desconsiderada.

⁷ TCL,10,67 (do mês IX do ano Rîm-Sîn 25).

⁸ TLC,10,50 (do mês IV do ano Rîm-Sîn 20).

⁹ TCL,10,128 (na datação, só o ano – 16 de Rîm-Sîn – é indicado).

¹⁰ TCL,10,132. Por ora, não é possível posicionar a fórmula de datação deste contrato na seqüência do reinado de Rîm-Sîn (ver KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit. p. 36, n. 36). As compensações similares pagas por Iddin-Amurru datam dos anos 25, 27 e 29. O contrato foi redigido no mês XI.

No ano Rîm-Sîn 29, Iddin-Amurum ainda pagou uma compensação, mas, desta vez, ele não deu prata ao antigo proprietário: ao invés disso, cedeu-lhe um terreno que, segundo os dados cadastrais, devia situar-se na região em que o pai de Iddin-Amurum, Eshtar-ilî, havia concentrado suas aquisições urbanas.¹² Neste caso, não temos o contrato de compra, mas o documento de compensação nos assegura que o vendedor original era a mesma pessoa que recebeu o terreno como ressarcimento, Shamash-tabba-iliya.

Outras vezes, as pessoas que reclamam uma reparação por um terreno alienado não são os vendedores originais. É o caso da compensação de 10 siclos de prata entregue por Iddin-Amurum a Lamassatum e seu marido Ilî-iddinam, no ano 27 de Rîm-Sîn:³ não se pode saber quais os laços de parentesco que os uniam ao vendedor do terreno, Iribam-Sîn;¹⁴ um dos dois era, certamente, seu descendente e herdeiro, o que teria legitimado a demanda. O caso é, portanto, paralelo ao de uma decisão judicial que obrigou Iddin-Amurum a dar um pomar e um terreno inculto em compensação de um pomar adquirido anteriormente, pois, também aqui, não é possível estabelecer com exatidão o vínculo entre vendedor e recompensado. Este último caso, que conhecemos a partir de um resumo do processo,¹⁵ é um tanto intrincado: no ano 30 do reinado de Rîm-Sîn, Iddin-Amurum foi processado por causa de um pomar que havia comprado anteriormente. O requerente era um homônimo, Iddin-Amurum, filho de Shamash-tappê, mas é difícil estabelecer a

¹¹ A hipótese de que Iddin-Amurum tenha firmado dois contratos separadamente com cada um dos vendedores me parece pouco provável: em dois outros casos conhecidos (TCL, 10,67 e 70), as compensações coletivas são registradas em um só tablete.

¹² TCL, 10,76 (do mês IV de Rîm-Sîn 29). O terreno cedido por Iddin-Amurum encontrava-se ao lado dos domínios de Sîn-Bêl-ilî, que, por sua vez, era vizinho dos terrenos comprados por Eshtar-ilî (TCL, 10,7 e 22) e também vendera um terreno ao pai de Iddin-Amurum (TCL, 10,11).

¹³ TCL, 10,70 (de 30 do mês XII do ano 27 de Rîm-Sîn). A ausência da expressão *simdat sharrim* neste contrato não me parece um argumento para excluí-lo das compensações pagas em decorrência de um decreto real (ele figura, com efeito, na lista estabelecida por KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit., p. 35). No caso de TCL, 10,67, por exemplo, a expressão só aparece no envelope externo (publicado na série TCL): se tivéssemos apenas o tablete interno (copiado por mim e publicado em REDE, M. Documentos inéditos do Museu do Louvre: os arquivos da família Sanum. *Classica*, 19/1, 2006, p. 147 s.), poderíamos inferir, erroneamente, que o contrato não fosse uma compensação.

¹⁴ Esta é a única ocorrência do nome Lamassatum na documentação de Larsa. O antropônimo Ilî-iddinam é, ao contrário, muito freqüente, mas jamais é citado em relação com Iribam-Sîn.

¹⁵ TCL, 10,105 (de 18 do mês X do ano 30 de Rîm-Sîn).

relação entre ele e o vendedor original do terreno, chamado Shu-Nanaya.¹⁶ Talvez, algum laço de parentesco legitimasse sua reivindicação e, seja como for, Iddin-Amurum, o comprador, foi condenado a pagar o suplemento na forma de terrenos.¹⁷

Todas as compensações pagas por Iddin-Amurum parecem, portanto, ser resultado de um mesmo decreto real, datado do ano 25 de Rîm-Sîn (ou pouco anterior), e que afetou grande parte de sua atividade imobiliária, pois suas aquisições de terrenos haviam ocorrido principalmente antes do ano 20. Por outro lado, nos arquivos da família, não há traços de contestações das transferências de terrenos fundadas em decretos posteriores de Rîm-Sîn.¹⁸ Também não há traço de reivindicações contra os herdeiros de Iddin-Amurum. É possível que este tenha conseguido resolver todas as disputas com os antigos vendedores e, assim, transmitir a seus descendentes um patrimônio imobiliário livre de contestações.

Outros compradores de Larsa, em particular os grandes, sofreram igualmente as conseqüências das intervenções do soberano nos negócios imobiliários. Abumwaqar teve, assim, de entregar um terreno como compensação a Apil-Sîn e Tigilum.¹⁹ Por sua vez, Ubar-Shamash confrontou-se com uma reivindicação decorrente do terceiro decreto de Rîm-Sîn: no ano 44 do reinado deste soberano, ele não apenas foi obrigado a dar um terreno à família de Silli-Irra, como de-

¹⁶ Shu-Nanaya seria também filho de Shamash-tappê? É difícil dizer: Shu-Nanaya é citado sem patronímico e esta é a única atestação do seu nome no *corpus* de Larsa. Um outro Iddin-Amurum, filho de Kunnatum, havia negociado um terreno com Iddin-Amurum da família Sanum (TCL,10,51), mas não se trata do mesmo personagem que aparece aqui. ELLIS, Simdatu in the old Babylonian sources., cit. p. 80 s. enumerou outras possibilidades, que me parecem menos prováveis por não suporem uma relação entre o vendedor e o requerente. Um caso de Kutalla, na região de Larsa, mostra que também os herdeiros adotivos podiam evocar o decreto do rei para reivindicar (com sucesso, no caso) o patrimônio alienado por seus pais adotivos (TS,58; ver CHARPIN, D. *Archives Familiales et propriété privé en Babylonie ancienne: étude des documents de Tell Sifr.*, cit., p. 142 s.).

¹⁷ É interessante notar que a denominação do terreno inculto no processo, *teriqtum*, jamais aparece nos contratos conhecidos de transferência imobiliária de Larsa.

¹⁸ Conhecemos apenas duas compras de terrenos por Iddin-Amurum posteriores ao ano 25 de Rîm-Sîn: TCL,10,73, do ano 28, e TCL,10,89, do ano 36.

¹⁹ YOS,8,94 (de 24 do mês VI do ano 28 de Rîm-Sîn). Eu penso que o nome Abumwaqar, que figura no contrato de compensação, é uma variante de Abuwaqar, que é encontrado nos cinco contratos de compra conhecidos deste personagem. Não se pode, no entanto, estabelecer uma correspondência incontestável entre esta compensação e uma das aquisições de Abuwaqar: um certo Apil-Sîn vendeu um campo de subsistência a Abuwaqar no ano 23 de Rîm-Sîn, mas não é certo que se trate da mesma pessoa que recebeu o terreno compensatório cinco anos mais tarde.

sembolsou 5 ½ siclos de prata.²⁰ Este reembolso decorre, certamente, da aquisição de um imóvel em ruínas pertencente à mesma família, feita por Ubar-Shamash no ano 38 de Rîm-Sîn, antes, portanto, do decreto real.²¹

Os contratos de compensação refletem um estágio de acordo entre as partes, mas, por vezes, as disputas são resolvidas nos tribunais: uma carta da época de Samsu-iluna, filho e sucessor de Hammu-rabi, informa sobre a constituição de comissões e tribunais para analisar os casos afetados pelo decreto real.²² De acordo com este documento, a assembléia (*puhrum*) da cidade parece ter algum papel no processo.²³ É, aliás, interessante notar que a aplicação do decreto poderia envolver, igualmente, as instâncias comunais, tais como o conselho de anciãos, e engendrar práticas de conciliação entre as partes em conflito.²⁴ Além

²⁰ VS,13,82 (de 30 do mês XI do ano 44 de Rîm-Sîn). Não se trata, portanto, de um contrato de troca de terrenos como havia pensado MATOUSH, L. *Les contrats de vente d'immeubles provenant de Larsa. Archiv Orientalní*, 18, 1950, p. 61; ver, no mesmo sentido, os comentários em HG,6: 91. Para uma apreciação mais adequada, cf. BOUZON, E. *Contratos pré-hammurabianos do reino de Larsa.*, cit., p. 231.

²¹ YOS,8,124 (de 18 do mês IX do ano 38 de Rîm-Sîn). Para este caso complexo, ver abaixo.

²² Para a publicação desta carta, proveniente de Sippar, ver FINKELSTEIN, J. J., *Some new misharum material and its implications*. In: *Studies in Honor of Benno Landsberger on his Seventy-fifty Birthday*, 1965, p. 233-246, retomada em AbB,7,153 e CHARPIN, D. *Lettres et procès paléo-babyloniens*. In: JOANNÈS, F. (ed.), *Rendre la Justice en Mésopotamie. Archives judiciaires du Proche-Orient ancien*. Saint Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 2000, p. 91 s. Ver também os comentários de FORTNER, J. D. *Adjudating entities and levels of legal authority in lawsuit records of the Old Babylonian Era*. Hebrew Union College. Unpublished Ph.D. 1996, p. 296 e VEENHOF, K. R. *Redemption of houses in Assur and Sippar*. In: BÖCK, B., CANKIK-KIRSCHBAUM e RICHTER, T. (eds.), *Munuscula Mesopotamica*. Münster: Ugarit Verlag, 1999, p. 607 s.

²³ Para o envolvimento das instâncias locais na aplicação dos decretos reais, ver CHARPIN, *Archives Familiales et propriété privé en Babylonie ancienne: étude des documents de Tell Sifr.*, cit., p. 32 s.

²⁴ Como mostra um exemplo de Dilbat, datado do ano 12 de Hammu-rabi (VS,7,7 e 152; ver HG,3,755; FORTNER, *Adjudating entities and levels of legal authority in lawsuit records of the Old Babylonian Era.*, cit., p. 831 e, em último lugar, os comentários de LAFONT, S. *L'arbitrage en Mésopotamie. Revue de l'Arbitrage*, 4, 2000, p. 584). Um documento de Sippar, publicado por VEENHOF, K. R. *Redemption of houses in Assur and Sippar.*, cit., p. 610) mostra que o decreto do rei (no caso, Immerum) pode ser reforçado por um "decreto da cidade" (l. 11: *a-wa-at a-li-im*); a mesma situação é encontrada em Assur (TPK,46, cf. p. 599 ss.). Mesmo que os detalhes nos escapem, tais casos sugerem que os procedimentos implicados na execução dos editos reais não eram exclusivamente palacianos. Segundo Veenhof, isto seria uma característica de cidades como Sippar e Assur, onde as estruturas cidadinas teriam maior importância na administração da justiça. Ver igualmente GODDEERIS, *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC.)*, cit., p. 331, que considera que a relação entre a expressão *awat ãlim* em ED,2,27 e a remissão das dívidas é provável, apesar do contexto obscuro do documento.

do caso já citado, em que Iddin-Amurru estava implicado,²⁵ conhecemos dois outros exemplos de Larsa que dizem respeito a bens imobiliários: no primeiro, um certo Elmêsum reivindica, por causa de um decreto real (*ash-shum si-im-da-at shar-ri-rim ib-quí-ru*), um pomar que ele havia anteriormente vendido e recebe, a título de compensação, 8 siclos de prata.²⁶ O segundo exemplo é interessante, pois mostra que o pomar reivindicado com base na decisão real (*i-na a-wa-at shar-ri-im*) foi ele próprio restituído, o que era uma prática rara, como veremos mais tarde.²⁷ A julgar pela documentação disponível, parece que as reivindicações de compensação levadas aos tribunais tinham grande chance de obter um desfecho favorável ao pleiteante, pois são raros os casos em que os juízes pendem pelo comprador.²⁸

As potenciais intervenções do palácio nos negócios imobiliários criaram, sem dúvida, esperanças entre os vendedores e precauções entre os compradores.²⁹ Estas precauções acabam transparecendo nos contratos de compra: em certos casos, é explicitado que a transferência ocorreu “*depois do decreto do rei*” (*warki simdat sharrim*) numa tentativa de evitar que a negociação pudesse ser questionada a partir de uma *mîsharum* decretada anteriormente. O comprador Ubar-Shamash, em especial, teve o cuidado de incluir esta cláusula preventiva em alguns de seus contratos. O primeiro data, justamente, do ano 41 de Rîm-Sîn, o que demonstra que o comprador quis se precaver contra as medidas que acabavam de ser anunciadas pelo soberano.³⁰ A inquietude podia, no entanto, durar muito tempo e, oito anos após, Ubar-Shamash continua a exigir

²⁵ Ver acima, nota 15.

²⁶ YOS,8,52 (de 19 do mês VIII do ano 25 de Rîm-Sîn).

²⁷ BIN,7,166 (de 18 do mês VI do ano 28 de Rîm-Sîn).

²⁸ Ver, por exemplo, CT,6,42, um caso de Sippar, datado do reino de Sumu-la-El (1880-1845); cf. HG,3,686 e FORTNER, *Adjudating entities and levels of legal authority in lawsuit records of the Old Babylonian Era.*, cit., p. 637 s.

²⁹ Pode-se acrescentar que o advento da *mîsharum* causava, igualmente, preocupação aos governantes, sobretudo quando se tratava de aplicar suas disposições nas províncias, como é o caso de Larsa após a conquista babilônica. Ver, a este propósito, a carta de Samsu-iluna TCL,17,76 (cf. KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit., p. 66 s. e CHARPIN, *Lettres et procès paléo-babyloniens.*, cit., p. 89): o soberano escreve a um subordinado em Larsa, Etel-pî-Marduk, a fim de alertar que o governador local não agisse contra um beneficiário do edito. A precaução mostra, ao mesmo tempo, que as determinações do poder central podiam ser ignoradas ou contornadas por seus representantes locais.

³⁰ VS,13,81 (do mês I do ano 41 de Rîm-Sîn). Ver nota 6 acima.

a inclusão de uma cláusula similar nos contratos que conclui.³¹ Por outro lado, o formulário dos contratos de Larsa não conheceu as cláusulas pelas quais os compradores buscavam se subtrair aos efeitos de futuros decretos reais,³² como acontece em alguns lugares, sobretudo mais tarde.³³

³¹ YOS,8,110 (do mês I do ano 49 de Rîm-Sîn), no qual a expressão *warki simdat sharrim* é substituída por *warki awat sharrim*. As atestações destas cláusulas no norte da Babilônia são repertoriadas por GODDEERIS, *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC.)*, cit., p. 332; ver, igualmente, SIMONETTI, C. *La compravendita di beni immobili in età antico-babilonese*. Paris: De Boccard, 2006, p. 169 ss.

³² Esta ausência, no caso de Larsa, certamente influenciou a opinião de KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit., p. 105, segundo a qual os contratantes não podiam evitar, por vontade contratual própria, as implicações do edito real; ver, no entanto, a nota seguinte para casos em que isto ocorre em outras regiões. LAFONT, S. *Codification et subsidiarité dans les droits du Proche-Orient ancien*. In: LÉVY, E. (ed.), *La codification des lois dans l'antiquité*. Paris: De Boccard, 2000, p. 62 considerou que a possibilidade de aplicar ou renunciar às disposições reais por intermédio de estipulações contratuais está ligada à natureza subsidiária das manifestações legais do soberano, que só se imporiam em caso de lacuna das normas locais em vigor.

³³ É o caso, principalmente, dos contratos imobiliários de Terqa (ver ROUAULT, O. *L'Archive de Puzurum*. Malibu: Undena Publications, 1984 e PODANY, A. H. *The land of Hana. Kings, chronology, and scribal tradition*. Bethesda: CDL Press, 2002, p. 162) e também de Nuzi (LION, *L'andurâru à l'époque médio-babylonienne, d'après les documents de Terqa, Nuzi et Arrapha.*, cit., p. 315 s.). No domínio da anulação de dívidas, as cláusulas de prevenção contra os decretos reais são atestadas também na Capadócia, em Mari e no Yamhad. Para a Capadócia, ver KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit., p. 104 s. e BALKAN, K. *Cancellation of debts in Cappadocian tablets from Kültepe*. In: BITTEL, K. et al. *Anatolian Studies Presented to Hans Gustav Güterbock*. Leiden: Publications de l'Institut Historique et Archéologique Néerlandais de Stamboul, 1974, p. 33 s., mas notar as reservas de VEENHOF, *Redemption of houses in Assur and Sippar.*, cit., p. 609, quanto à extensão do fenômeno a Assur. Em geral, ver CHARPIN, *L'andurârum à Mari.*, cit., p. 262 s. e OTTO, E. *Soziale Restitution und Vertragsrecht: mîsharu(m), (an)-durâru(m), kirenzi, parâ tarnumar, sh'mitta und d'rôr in Mesopotamien, Syrien, in der hebräischen Bibel und die Frage des Rechtstransfers im alten Orient*. *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, 92, 1998, p. 138 ss. D. Charpin observou, a justo título, que as cláusulas de renúncia aos benefícios de um decreto real encontram-se exclusivamente nos contratos da periferia e jamais na Mesopotâmia meridional, onde se situa Larsa. A diferença, segundo a hipótese do autor, estaria ligada ao fato de que, na tradição babilônica da *mîsharum*, fazia-se a distinção entre os empréstimos de necessidade (que eram, então, anulados pelos decretos) e os empréstimos comerciais (que não eram atingidos, devendo ser reembolsados pelos devedores). Com efeito, a distinção é clara no Editto de Ammi-sadûqa, por exemplo (ver abaixo). Neste contexto, a simples menção, que se encontra nos contratos do sul, de que o empréstimo era do segundo tipo (por exemplo, para financiar uma expedição comercial ou investir em mercadorias) seria suficiente para excluí-lo do alcance da *mîsharum*. Por outro lado, na periferia, a *andurârum* (equivalente à *mîsharum*) não teria feito a distinção, sendo uma remissão geral das dívidas; as cláusulas vistas aqui seriam, então, uma forma de contornar a lei. A explicação me parece justa no que diz respeito às dívidas; será preciso verificar se ela é válida também para os negócios imobiliários; voltaremos a esta questão mais tarde.

Larsa e Babilônia: a consolidação de um modelo comparativo

Como compreender estas manifestações da intervenção real no universo da apropriação familiar do espaço?

O primeiro problema com que nos confrontamos é a dificuldade de captar exatamente a forma original desta interferência: se as disposições dos soberanos de Larsa foram postas por escrito, os textos dos decretos não nos são conhecidos até agora e, do ponto de vista documental, somos obrigados a raciocinar seja a partir dos ecos dos editos nos contratos e em outras fontes contemporâneas, seja a partir da comparação com situações babilônicas similares, porém mais tardias.³⁴

Mais de um século após o fim da dinastia de Larsa, o rei babilônico Ammisaduqa (1646-1626) promulgou uma *mîsharum* que estabelecia um vasto reordenamento econômico do reino. Este texto foi, com efeito, o primeiro do gênero a ser conhecido pelos pesquisadores modernos e, a partir daí, serviu de parâmetro para todos os estudos sobre a questão.³⁵ Uma parte do Edito de Ammisaduqa dizia respeito à administração do domínio real: no período babilônico antigo, a presença palaciana nas atividades econômicas era largamente baseada na cessão de recursos a diversos agentes em troca do pagamento de parte da produção na forma de tributos; assim, rebanhos, pomares e campos eram explorados sob a responsabilidade de pastores, jardineiros e cultivadores, todos concessionários dos recursos pertencentes ao palácio e, ao mesmo tempo, seus devedores.³⁶ Os primeiros parágrafos do Edito de Ammi-saduqa, tal qual o

³⁴ FINKELSTEIN, J. J. Ammisaduqa's edict and the Babylonian 'law codes'. *Journal of Cuneiform Studies*, 15, 1961, p. 92 chamou a atenção, justamente, para o descompasso (temporal, mas também de natureza) que poderia existir entre a proclamação oral das decisões e o estabelecimento do texto da *mîsharum*. A idéia já havia sido enunciada por KRAUS, *Ein Edikt des Königs Ammisaduqa von Babylon.*, cit., p. 16, que fazia a distinção entre a *mîsharum*-Akte e a *mîsharum*-Edikt (cf. p. 243 ss.). Em minha opinião, a redação de um texto não é nem evidente nem necessária.

³⁵ A edição do documento (trata-se, na verdade, de dois fragmentos distintos: BM 80289 e Ni 632) por F. R. Kraus data de 1958 (KRAUS, *Ein Edikt des Königs Ammi-saduqa von Babylon.*, cit.), que a retomou e completou em 1984 (KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit.). Ver também os materiais acrescentados por FINKELSTEIN, Ammisaduqa's edict and the Babylonian 'law codes', cit. e Some new *misharum* material and its implications., cit.

³⁶ Para uma síntese sobre os '*Palastgeschäfte*' na época babilônica antiga, ver CHARPIN, D. Les édits de 'restauration' des rois babyloniens et leur application. In: NICOLET, C. (ed.), *Du pouvoir dans l'Antiquité: mots et réalités*. Genève: Librairie Droz, 1990, p. 13-24 e CHARPIN, D. *Hammurabi de Babylone*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, p. 249 ss. para a noção de '*économie domaniale*'. Ver também RENGGER, J. Das Palastgeschäft in der altbabylonischen Zeit. In: BONGENAAR, A. C. V. V. (ed.), *Interdependency of institutions and private entrepreneurs*. Leiden: Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 2000, p. 153-183.

conhecemos, estabelecem a abolição dos tributos não pagos. As parcelas atrasadas acumuladas pelos mercadores que comercializavam as mercadorias do palácio também foram anistiadas. Uma outra parte das medidas implicava, ao contrário, uma intervenção fora do domínio palaciano, nos negócios privados. Tratava-se, em primeiro lugar, de uma remissão das dívidas: no entanto, era uma revogação apenas parcial das obrigações, que se limitava ao endividamento dito de necessidade ou de consumo, o que excluía, por conseqüência, os empréstimos comerciais.³⁷ Recentemente, D. Charpin demonstrou que esta medida atingia igualmente os empréstimos feitos pelos templos.³⁸ Em segundo lugar, o decreto previa que as pessoas que haviam sido reduzidas à escravidão por dívidas retornariam à sua condição original. Isto era válido seja para o devedor insolvente, seja para um membro da família entregue como garantia.³⁹ Também aqui, a abrangência do edito era limitada. Ao contrário do que por vezes se pensou, não se tratava de uma manumissão geral: as pessoas previamente livres podiam reganhar sua liberdade, mas as demais deveriam retornar à sua condição anterior; assim, um escravo dado em pagamento por uma dívida deveria retornar

³⁷ Esta dupla tipologia simplifica uma diversidade que nem sempre é fácil de captar, pois a terminologia dos contratos de empréstimo é complexa e varia cronológica e geograficamente (ver SKAIST, A. *The Old Babylonian loan contract, its history and geography*. Jerusalem: Bar-Ilan University Press, 1994). Entretanto, é preciso considerar que os próprios decretos reais diferenciavam estas duas categorias. Para as conseqüências dos decretos sobre os empréstimos, ver, sobretudo, CHARPIN, D. Les prêteurs et le palais: les édits de *misharum* des rois de Babylone et leurs traces dans les archives privées. In: BONGENAAR, A. C. V. (ed.), *Interdependency of institutions and private entrepreneurs*. Leiden: Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 2000, p. 185-211.

³⁸ CHARPIN, D. Les dieux prêteurs dans le Proche-Orient amorrite (c. 2000-1600 av. J. C.). *Topoi*, 12/13, 2005, p. 13-34. Eu faria apenas uma pequena ressalva: o autor considera que o fato de o palácio intervir nos empréstimos dos templos sugere que esta atividade não seja uma ajuda caritativa. Ora, os empréstimos de solidariedade realizados entre pessoas privadas também devem, a princípio, ser reembolsados, o que não os faz menos caritativos; uns e outros só são anulados por intervenção real.

³⁹ As implicações jurídicas dos decretos reais sobre a escravidão foram discutidas por WESTBROOK, R. Slave and master in ancient Near Eastern law. *Chicago Law Kent Review*, 70, 1995, p. 1656 ss. Apesar da monografia de CHIRICHIGNO, G. C. *Debt-slave in Israel and the ancient Near East*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1993, um trabalho sobre a natureza econômica e social deste fenômeno na Mesopotâmia ainda está por ser feito. Alguns apontamentos interessantes, de caráter antropológico, são feitos por TESTART, A. *L'Esclave, la dette et le pouvoir*. Paris: Editions Errance, 2001, p. 138 ss.

⁴⁰ Para este entendimento dos efeitos das medidas reais, ver CHARPIN, D. Les décrets royaux à l'époque paléo-babylonienne, à propos d'un ouvrage récent. *Archiv für Orientforschung*, 34, 1987, p. 36-44 e CHARPIN, Les édits de 'restauration' des rois babyloniens et leur application., cit., p. 19; ver também BAR-MAOZ, Y. The edict of Ammisaduqa. In: SARFATTI,

ao seu antigo proprietário.⁴⁰ Outras medidas secundárias, que nos interessam menos aqui, completavam o edito.⁴¹

No entanto, o Editto de Ammi-saduqa não diz absolutamente nada das transações imobiliárias. Dois outros editos babilônicos similares, ambos mais próximos da época da dinastia de Larsa, são igualmente conhecidos,⁴² mas seu estado atual é muito fragmentado e eles também não mencionam a questão das transferências de terrenos.⁴³

G. B., ARTZI, P. e KADDARI, M. (eds.), *Studies in Hebrew and semitic languages dedicated to the memory of prof. Eduard Yechezkel Kutsher*. Ramat-Gan: Bar-Ilan University Press, 1980, p. LIX (artigo em hebreu com resumo em inglês). Mesmo antes da publicação dos editos por Kraus, Driver e J. Miles haviam sugerido as mesmas implicações para a *andurárum* no contexto do código de Hammu-rabi (cf. DRIVER, G. e MILES, J. *Babylonian Laws*. Vol. 1: Legal Commentary. Oxford, Clarendon Press, 1952, p. 225 e 485 s.). Em todo caso, ver as reservas a esta visão expressas por HALLO, W. W. Slave release in the biblical world in light of a new text. In: ZEVIT, Z., S., GITIN, S. e SOKOLOFF, M. (eds.), *Solving Riddles and untying knots. Biblical, epigraphic, and semitic studies in honor of Jonas C. Greenfield*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1995, p. 89 s.).

⁴¹ Para uma visão de conjunto sobre as disposições contidas no texto, ver KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit., p. 292 s.), BOTTÉRO, J. Désordre économique et annulation des dettes en Mésopotamie à l'époque paléo-babylonienne. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 4, 1961, p.113-164, CHARPIN, Les édits de 'restauration' des rois babyloniens et leur application., cit. e OLIVIER, H. Restitution as economic redress: the fine print of the old Babylonian mēsharum edict of Ammisaduqa. *Journal of Northwest Semitic Languages*, 24, 1998, p. 83-99.

⁴² O primeiro destes textos é o edito do ano 8 de Samsu-iluna (Si 507) também publicado por Kraus (KRAUS, F. Ein Edikt des Königs Samsu-iluna von Babylon. *Birthday. Assyriological Studies*, 16, 1965, p. 225-231, retomado em KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit., p. 130 ss.). O segundo texto (BM 78259) é conhecido como 'Editto X': com efeito, sua atribuição exata a um dos sucessores de Samsu-iluna não é segura. O texto era conhecido desde a publicação de Langdon, em 1914, que o havia considerado, entretanto, como um fragmento do código de Hammu-rabi. Outros autores, apoiando-se no exemplo grego, falaram de uma espécie de *seisachteia* e outros, ainda, tomaram-no por uma cópia do Editto de Ammi-saduqa (como o próprio Kraus em seu estudo de 1958: p. 4s.). Mais tarde, em 1984, o mesmo Kraus (p. 293) reconheceu que se tratava de um edito independente e, com muita precaução, sugeriu uma possível atribuição a Ammi-ditana (1683-1647). Kraus foi acompanhado por HALLO, W. W. The edicts of Samsu-iluna and his successors. In: ____ (ed.), *The context of Scriptures. Monumental inscriptions from the Biblical world*, vol. 2. Leiden: Brill, 2000, p. 362-364, que, no entanto, não excluiu que pudesse se tratar simplesmente de uma cópia do Editto de Samsu-iluna. Por sua vez, LIEBERMAN, S. J. - Royal 'reforms' of the Amurrite dynasty. *Bibliotheca Orientalis*, 46, 1989, p. 251 descartou Samsu-iluna e Ammi-saduqa e pendeu a favor de Ammi-ditana ou Abi-eshuh (1711-1684).

⁴³ Uma explicação desta diferença poderia ser documental: a ausência de referências às vendas de imóveis nos editos babilônicos seria devida ao caráter fragmentário das fontes. GODDEERIS, *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period*

Em decorrência desta situação documental, a visão que se formou sobre a situação de Larsa na época de Rîm-Sîn – tal qual ela aparece nos contratos e processos – repousa sobre uma comparação com uma realidade babilônica bem posterior. É verdade que a suposição de que existiram editos reais larseanos que justificaram as reivindicações é, sem dúvida, correta; de outro modo, seria difícil entender os casos de compensações expostos acima. Ao menos neste aspecto, a analogia entre Larsa e Babilônia oferece a chave para compreender o fenômeno em geral,⁴⁴ mas permanecem ainda algumas dificuldades, e não menores, que a comparação não permite elucidar. A principal é a seguinte: como vimos, nos decretos, há uma diferenciação entre duas categorias de operações de crédito; algumas

(ca. 2000 - 1800 BC.), cit., p. 404 apresentou, porém, uma hipótese que repousa sobre uma possível evolução histórica: em um primeiro momento, no início do período babilônico antigo, os editos empenhar-se-iam em anular as vendas de terrenos, pois estas ainda seriam freqüentemente a manifestação da situação de pauperização econômica de certos grupos sociais; em um segundo momento, por volta do fim da primeira dinastia da Babilônia, com o aprofundamento da crise social, estes grupos desfavorecidos já não teriam terras para alienar a fim de pagar dívidas e, por conseqüência, os editos não teriam mais razão de prever a anulação das transferências imobiliárias. Eu penso que esta hipótese é extremamente inverossímil. Mesmo se as condições sócio-econômicas tenham se deteriorado ao longo da primeira dinastia e, particularmente, no sul, estamos longe de poder supor o desaparecimento de um campesinato composto de pequenos proprietários ou de camadas urbanas detentoras de pequenos lotes a tal ponto que as vendas sob coerção do endividamento deixassem simplesmente de existir. Por outro lado, mesmo se os primeiros grupos atingidos pela crise não tivessem mais terrenos a alienar, é de se supor que, perseverando o processo de pauperização, novos grupos fossem atingidos e obrigados a dispor de seus bens imóveis. Em todo caso, a intervenção do soberano continuaria sendo necessária.

⁴⁴ Ainda mais porque, como já afirmei, a existência escrita dos editos não é de primeira importância. Por outro lado, muitos elementos internos presentes nos editos babilônicos mostram uma forte continuidade entre eles. Por vezes, esta continuidade é traduzida por uma repetição textual do decreto anterior, a tal ponto que os limites geográficos sob controle do soberano (e, por conseqüência, a zona de aplicação das disposições) nem sequer são atualizados quando se passa de um texto a outro. Este é, justamente, o caso de Larsa, que ainda figura no decreto de Ammi-saduqa, embora já não fizesse parte do domínio babilônico há muito tempo (ver CHARPIN, *Les décrets royaux à l'époque paléo-babylonienne, à propos d'un ouvrage récent*, cit., p. 43). No atual estado de nossas informações, pode-se postular que a *mîsharum* não era um fenômeno exclusivamente babilônico, mas uma instituição mais difundida, talvez amorrita. Por outro lado, se expressões acadianas como *mîsharam shakânum* (“estabelecer a justiça”) possuem equivalentes em sumério (nîg-si-sá gar), parece que o paralelo só pode ser feito em um nível muito geral (por exemplo, com as reformas de Urukagina ou o código de Ur-Nammu) e isto não prova a existência de medidas mais específicas, similares aos decretos babilônicos, no mundo sumério durante o terceiro milênio (ver, no entanto, a opinião de LIEBERMAN, *Royal 'reforms' of the Amurrite dynasty*, cit., p. 243 s.).

operações, consideradas como empréstimos de necessidade, eram anuladas, mas outras, de tipo comercial, não eram afetadas pelo edito. Se aceitarmos a analogia entre as situações larseana e babilônica, duas questões interligadas emergem: primeiramente, devemos nos perguntar se, no caso dos negócios imobiliários, a intervenção do rei operava a mesma distinção entre uma venda tida como normal e, portanto, aceitável e, por outro lado, uma venda decorrente de um empobrecimento e que deveria ser revertida; aliás, uma das tarefas das comissões nomeadas pelo rei para a aplicação do decreto era, justamente, a de distinguir entre os dois casos;⁴⁵ em segundo lugar, é preciso saber se as transferências de terrenos eram completamente anuladas, como acontece com as dívidas, ou se o impacto do edito sobre a transação era apenas parcial.

Bens protegidos versus bens de livre circulação?

As respostas que podemos dar a estas questões não são decisivas, mas alguns elementos devem ser sugeridos no sentido de avançar na solução do problema.

É difícil apreciar a incidência dos decretos reais sobre a venda de terrenos. A situação documental pode sugerir que ela seria limitada, pois, para o conjunto dos contratos de compra e venda, apenas um número pequeno de contestações é conhecido: assim, em Larsa, para os reinos de Warad-Sîn e Rîm-Sîn, são conhecidos 143 contratos de alienação imobiliária e somente 6 de compensação ou restituição; a cifra eleva-se a 9 se considerarmos os processos. No entanto, outras razões, para além da lacuna das fontes, permitem explicar a situação: é possível que muitas transações não tenham sido postas em causa porque os vendedores já estavam mortos no momento do decreto e não tivessem herdeiros para reclamar o terreno alienado; por outro lado, certamente, algumas disputas foram resolvidas através de um acordo verbal entre vendedor e comprador, sem que um contrato escrito tenha sido redigido e sem recurso a um processo nos tribunais.

Entretanto, também é possível que a grande diferença entre o número de alienações e o de contestações esteja ligada ao fato de que a maior parte das transações imobiliárias encontrava-se, por princípio, fora do alcance das medidas do rei. A analogia com a remissão das dívidas sugere fortemente que apenas as

⁴⁵ Ver CHARPIN, *Archives Familiales et propriété privé en Babylonie ancienne: étude des documents de Tell Sifr.*, Cit., p. 74 s.

vendas feitas sob pressão de uma coerção econômica seriam passíveis de serem atingidas pelos decretos, do mesmo modo que só eram anuláveis os empréstimos de necessidade. Na verdade, não se trata apenas de analogia entre as dívidas e as vendas imobiliárias, pois é possível supor uma ligação concreta entre as duas atividades: a alienação do terreno podia ser, simplesmente, o resultado da impossibilidade de saldar um empréstimo.⁴⁶ Teríamos, assim, uma equação entre devedor/vendedor, de um lado, e credor/comprador, de outro. Por consequência, se a anulação das dívidas visasse não somente o próprio ato de crédito, mas também seus possíveis efeitos econômicos e jurídicos, as alienações imobiliárias decorrentes da dívida também seriam atingidas. A situação dos terrenos seria, então, paralela à das pessoas entregues como garantia de pagamento e que terminavam reduzidas à escravidão. Se, como quiseram certos autores, as alienações de imóveis mascaravam sempre acertos de dívidas, então, todas as vendas seriam atingidas pelo decreto real. Entretanto, à luz do que sabemos sobre as condições que levam à venda, esta visão parece exagerada. Isto não significa que nenhuma venda de terreno fosse decorrente do pagamento de um empréstimo, mas tal situação deve ter sido minoritária, até mesmo excepcional.⁴⁷ Por outro lado, seguindo o mesmo raciocínio, se a venda fosse consequência de um empréstimo comercial, ela não deveria ser anulada pelo decreto, como não o era este tipo de empréstimo.⁴⁸

Na verdade, as considerações dos próprios mesopotâmios não parecem demonstrar uma visão clara sobre a questão. Ou, talvez, as coisas fossem tão evidentes aos seus olhos que o laconismo dos escritos não levantava maiores problemas. Eu me limito a dar dois exemplos tirados da correspondência palaciana, um tipo de fonte de que poderíamos esperar uma descrição das situações mais detalhada do que aquela que aparece nos contratos, por definição, limitados a um formulário rígido. Em uma carta enviada pela administração babilônica a Shamash-hâzir, representante de Hammu-rabi em Larsa, é dito que o destinatário devia estar a par (*'como tu o sabes'*) do decreto real (*simdat sharrim*); depois,

⁴⁶ Sobre as relações entre o endividamento e as vendas imobiliárias, ver, em geral, CHARPIN, Les édits de 'restauration' des rois babyloniens et leur application., cit. e CHARPIN, Lettres et procès paléo-babyloniens., cit., p. 91) e GODDEERIS, *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC)*., cit., p. 389s.

⁴⁷ Ver os comentários sobre TCL, 10,40 acima, nota 5.

⁴⁸ GODDEERIS, *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC)*., cit., p. 390 cita, porém, um caso de Sippar que mostraria o contrário.

a propósito das terras, afirma-se que ‘*os campos comprados são restituídos*’.⁴⁹ A afirmação é de ordem geral e nenhuma restrição clara é feita quanto aos tipos de operações imobiliárias concernidas pelo decreto do rei. A partir deste documento, nós poderíamos supor que a anulação se limitaria aos campos agrícolas (a-shà), os únicos citados explicitamente, deixando de lado os demais imóveis. Sendo os campos a base da subsistência, eles justificariam a intervenção direta do soberano. O problema com esta hipótese é que, nos próprios contratos de compensação provenientes de Larsa, nenhum campo agrícola é atestado. Além disso, em uma segunda carta, mais tardia, vê-se que as vendas revisadas pelos juízes incluem não só campos, mas também casas e pomares.⁵⁰ A base fundiária sobre a qual os decretos babilônicos incidiam parece, portanto, mais ampla. Ao mesmo tempo, esta mesma carta afirma que, entre todos os contratos examinados, ‘*foram quebrados* [ou seja, invalidados] *aqueles que eram anulados pelo edito*’.⁵¹ Em outros termos, parece claramente que algumas operações permaneciam à margem da intervenção palaciana e os tablets que as registravam não deveriam ser quebrados. A disputa ocorrida neste caso demonstra, aliás, que os limites do alcance do decreto nem sempre eram evidentes.

O método proposto a seguir não é, certamente, decisivo, mas uma das maneiras de verificar se as vendas anuladas eram aquelas concluídas por necessidade é analisar o perfil dos beneficiários das compensações e, quando isto for possível, o perfil dos vendedores cujas alienações acabam sendo contestadas. Isto poderia, ao menos, fornecer alguma pista sobre a camada social favorecida pela ação do rei e sobre o tipo de operação visada pelo decreto.

Dentre os seis contratos de compensação de Larsa, encontramos apenas um caso em que as posições de vendedor original e de beneficiário da compensação são ocupadas por um mesmo indivíduo.⁵² Em todos os demais casos, grupos estão envolvidos, seja na primeira posição, seja na segunda:

⁴⁹ TCL,7,57, l. 11: a-shà-lum shi-ma-tum tu-ur-ra. Ver AbB,4,56.

⁵⁰ AbB,7,153; ver acima, nota 21. O caso decorre da aplicação da *mīsharum* do ano 28 de Samsu-iluna, como demonstrou CHARPIN, Les prêteurs et le palais: les édits de *mīsharum* des rois de Babylone et leurs traces dans les archives privées., cit., p. 202.

⁵¹ L. 9: sha i-na mi-sha-ri wa-si ú-he-ep-pu-ú.

⁵² Trata-se de TCL,10,76. Faltam-nos informações sobre o vendedor do terreno de YOS,8,94, mas ver a nota explicativa ao Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 Os beneficiários das compensações		
Documento	Tipo de vendedor	Tipo de beneficiário da compensação
TCL, 10,67	O pai e dois filhos (cf. TCL, 10,50)	Os filhos
TCL, 10,132	Dois indivíduos cujo parentesco é desconhecido	Um dos dois vendedores
TCL, 10,70	Um indivíduo	Casal (herdeiros?)
YOS, 8, 94	(sem informação*)	Dois indivíduos (irmãos?)
VS, 13,82	Família (cf. YOS, 8, 124 e 125)	Família
TCL, 10, 76	Um indivíduo	Um indivíduo (o vendedor)
* Provavelmente, os dois beneficiários da compensação tinham sido, eles próprios, os vendedores do terreno; na linha 9 do contrato, lê-se: "em compensação pela sua [deles] propriedade" (<i>pu-haj-at bi-ti-shu-nu</i>).		

Estes dados permitem duas reflexões. Primeiramente, sugerem que as operações de venda efetivamente atingidas pelos decretos reais foram realizadas por um grupo, mais especificamente por uma família. É muito provável que estas alienações tenham sido feitas sob coerção material em um grau maior do que as alienações por indivíduos isolados: elas poderiam, então, ser classificadas como potenciais vendas por necessidade. Poder-se-ia argumentar que, nos contratos de transferência imobiliária de Larsa em que figuram as cláusulas que garantem que a operação fora feita após o decreto real, os vendedores são individuais; no entanto, o número de casos é muito reduzido e, sobretudo, trata-se de situações potenciais, de prevenção contra futuras ações, e não de casos concretos de contestações fundadas sobre uma *mîsharum*, como ocorre nos contratos de compensação e nos processos. No mais, é preciso considerar, aqui, a hipótese formulada recentemente por C. Zaccagnini para explicar a presença bastante difundida de cláusulas similares de prevenção contra decretos futuros (chamadas *shûdûtu*) nos contratos de Nuzi.⁵³ Segundo este autor, as medidas do soberano não teriam tido, na prática, a amplitude sugerida pelos contratos: seus efeitos teriam sido mais limitados, mas, ao mesmo tempo, teriam contribuído para engendrar um medo generalizado entre os agentes econômicos,

⁵³ ZACCAGNINI, C. Debt and debt remission at Nuzi. In: *Bethesda*: CDL Press, 2002, p. 189 s.

sobretudo nas elites que adquiriam imóveis. Como reação, ter-se-ia difundido uma utilização obsessiva de cláusulas preventivas visando proteger os negócios em geral, mesmo nos domínios em que a intervenção do rei (ou dos editos locais) não era comum.⁵⁴ Sem dúvida, tal como foi formulada, a idéia de Zaccagnini não pode ser aplicada ao caso estudado aqui: em Larsa, contratos e processos mostram um efeito concreto dos editos sobre o universo fundiário. Há, assim, uma diferença entre a cláusula de prevenção *shûdûtu*, que se refere a eventuais decretos futuros, e as cláusulas de Larsa (*warki simdat sharrim* etc.), que remetem a um edito passado, embora não seja desejável exagerar as nuances formais, pois as últimas também eram preventivas em relação a uma possível contestação futura.⁵⁵ No mais, não se pode descartar preliminarmente a hipótese de que, também em Larsa, a recorrência dos editos palacianos tenha causado um temor psicológico entre os compradores e levado à inclusão de expressões preventivas, mesmo nos contratos referentes a certas transações imobiliárias que, *a priori*, não estavam sujeitas à intervenção do rei. Se este raciocínio é correto, a presença destas cláusulas em contratos firmados por vendedores individuais não contradiria o fato de que, na realidade, o alvo preferencial dos decretos seria a alienação efetuada por grupos.

Em segundo lugar, o quadro acima mostra que o direito de questionar a alienação com base em um decreto real e de reivindicar uma compensação não se limitava ao vendedor (ou vendedores). Não é possível estabelecer, para cada um dos casos, os laços entre os vendedores e os detentores de direito presentes nos contratos de compensação e nos processos, mas, na maior parte do tempo, trata-se, sem dúvida, de laços de parentesco. A proteção contra uma venda por necessidade beneficiava, portanto, mais o grupo familiar do que os indivíduos.

Conseqüentemente, somos tentados a pensar que os editos faziam a distinção entre duas categorias de bens fundiários: de um lado, o patrimônio paternal

⁵⁴ Ver as reações à proposta de Zaccagnini durante o debate publicado no volume do colóquio (HUDSON M. e VAN DE MIEROOP, M. (eds.), *Debt and economic renewal in the ancient Near East.*, cit., p. 352 ss.).

⁵⁵ SIMONETTI, *La compravendita di beni immobili in età antico-babilonese.*, cit., p.169 e 174 insiste sobre a ineficácia jurídica deste tipo de cláusula no que diz respeito a uma proteção quanto a futuros decretos; é preciso, no entanto considerar que, ao menos em Larsa, elas remetem aos decretos anteriores à transação. No mais, a autora nota, corretamente a meu ver, que a raridade e a heterogeneidade das cláusulas apontam para uma fraca consolidação do instituto jurídico que estas expressam.

(*bît abi*, literalmente, ‘*casa do pai*’), cuja posse era familiar por excelência, que se transmitia de geração em geração por meio dos mecanismos de herança e cuja alienação era sentida como anormal; de outro lado, os terrenos adquiridos por meio de negociações de compra e troca, para os quais a circulação mais livre era a regra socialmente aceita.⁵⁶ A diferenciação entre os tipos de bens controlados pela família é sugerida também por outras situações: por exemplo, em Kutalla, na periferia de Larsa, parece ter sido corrente a distinção entre bem patrimonial (designado pelo termo sumério equivalente a *bîtum*: é) e bem comprado (shám-kù).⁵⁷ Assim, é possível que tais oposições tenham sido importantes e tenham influenciado a prática e a mentalidade apropriativas mesopotâmicas. É preciso, em todo caso, ter cuidado para não considerar as duas categorias como realidades estáticas: se considerarmos que a *bît abi* seja o conjunto de bens, especialmente terrenos, que vieram dos ancestrais e pertencem à família há muito tempo, o problema de sua origem continua obscuro. Sobretudo em situações de grande mobilidade das populações, no quadro de formação dos reinos amorritas no início do segundo milênio, haveria, forçosamente, um momento de aquisição da terra (por conquista, compra etc.) e, ainda mais importante, haveria também um momento em que, depois de algumas gerações, os bens adquiridos passariam a ser considerados como sendo patrimônio familiar e ancestral. É preciso, então, considerar que o fato de ser adquirido ou familiar não está inscrito na própria natureza do bem: é, ao contrário, o resultado de um processo de apropriação, prática e mental, por parte do grupo. A terra, assim como os demais elementos da cultura material, tem uma biografia variável: as características lhe são acrescentadas e subtraídas, atribuídas e alteradas socialmente, em cada etapa de sua existência. Se observarmos a trajetória das famílias, vemos, justamente, que os terrenos adquiridos pelas primeiras gerações são incorporados ao patrimônio do grupo, formando um cabedal posteriormente

⁵⁶ Para retomar, uma vez mais, um paralelo com Nuzi, a mesma distinção foi sugerida por BUCCELLATI, G. A note on the *mushkênum* as a ‘homesteader’. In: RATNER, R. J., BARTH, L. M., GEVIRTZ, M. L. e ZUCKERMAN, B. (eds.), *Let your colleagues praise you*. Rolling Hills Estates, 1991, p. 92. O autor entende que a segunda categoria seria designada pelo controverso termo *nasbum*, encontrando-se, portanto, fora do alcance da *andurârum* (p. 95). LION, *L’andurâru à l’époque médio-babylonienne, d’après les documents de Terqa, Nuzi et Arrapha.*, cit., p. 316 retomou e aprofundou a oposição, colocando-a em paralelo com as duas categorias de dívidas que aparecem nos editos babilônicos.

⁵⁷ Ver CHARPIN, *Archives Familiales et propriété privé en Babylonie ancienne: étude des documents de Tell Sifr.*, cit., p. 180 s.

transmitido em herança; a partir de certo ponto, as diferenças em função da origem tornam-se imperceptíveis, até que, finalmente, se diluem em benefício de uma homogeneização que faz considerar todos os bens como sendo familiares e ancestrais. Assim, quando analisamos os contratos de partilha de herança, nenhuma menção distingue entre bens ancestrais e bens adquiridos: todos fazem parte, indistintamente, da parcela de herança (ha-la) que cabe a cada descendente e a expressão *bît abi*, neste contexto, inclui certamente os dois tipos de bens.⁵⁸ A situação era, portanto, complexa. É por isso que o estatuto de certos terrenos é nebuloso e objeto de disputa. Se for verdade que os bens da ‘*casa paterna*’ gozavam de uma proteção especial da parte do poder central contra as alienações forçadas, como acreditam vários autores,⁵⁹ então, nós compreendemos melhor os casos em que a condição dos terrenos era motivo de um vivo debate, assim como os esforços para incluí-los nesta categoria, por vezes de modo injustificado, pois parece que a expressão conheceu uma utilização tendenciosa como argumento nas disputas judiciais: alegar que um terreno fazia parte da ‘*casa paterna*’ significava evocar antigos laços moralmente (para não dizer religiosamente) inquebrantáveis que deveriam proteger a relação de posse.

Dívidas, vendas imobiliárias e compensações: articulações e limites

Passemos, agora, à segunda questão evocada acima. Sejam quais forem os tipos de patrimônio imobiliário sobre o qual incidiam os editos reais, é preciso considerar, ainda, os limites desta incidência. Haveria uma anulação completa da venda ou a reivindicação estaria limitada a uma compensação parcial em relação ao valor original da operação de venda?

No caso de anulação completa (1), três resultados do decreto são possíveis:

- 1a) a devolução total do terreno ao vendedor (ou detentores do direito);
- 1b) a substituição por um terreno de valor equivalente ao alienado;
- 1c) um segundo pagamento do preço completo;

⁵⁸ É o caso, por exemplo, quando a expressão (em sua versão suméria: é a-da) aparece na partilha TCL, 11, 174: neste documento, os herdeiros recebem terrenos que sabemos terem sido comprados pelo pai. Um outro exemplo é, provavelmente, a partilha TCL, 10, 55, em que os terrenos divididos por dois irmãos encontram-se numa região em que seu pai havia concentrado as aquisições imobiliárias.

⁵⁹ Para a época babilônica antiga, ver, por exemplo, KOZYREVA, *Drievnaya Larsa. Otcherki choziaystviennoy jizni.*, cit., p. 72 e VEENHOF, *Redemption of houses in Assur and Sippar.*, cit., p. 607, 609 e 613), que enumera a venda por necessidade e a alienação do patrimônio paternal

Prevalecendo uma compensação restrita (2), podemos ter duas possibilidades:

- 2a) o pagamento de um valor por definição menor do que o valor da venda;
 2b) a entrega de um imóvel de valor menor do que o do imóvel da venda original.

Situações híbridas seriam também possíveis, por exemplo, uma compensação composta, ao mesmo tempo, de prata e terrenos.

É difícil estabelecer se, em Larsa, a regra era a anulação completa ou parcial da operação de venda. Os casos conhecidos parecem corresponder a qualquer uma das possibilidades previstas acima. Algumas situações são, no entanto, mais explícitas do que outras. Em pelo menos um caso, o próprio terreno vendido é devolvido ao antigo proprietário (hipótese 1a).⁶⁰ Outra situação bastante clara é aquela em que o valor da compensação pode ser comparado ao preço original da venda:

Quadro 3 Relação entre valor da venda e compensação	
Valor da venda	Valor da compensação
1 mina e 6 siclos (TCL, 10,50)	16 siclos (TCL, 10,67)
15 siclos (TCL, 10, 128)	5 siclos (TCL, 10,132)

como as duas condições que permitiriam as reivindicações. CHARPIN, *Les édits de 'restauration' des rois babyloniens et leur application.*, cit., p. 21 considerou, igualmente, as vendas por necessidade o alvo principal da *mîsharum*; em um trabalho anterior, o autor havia estimado mais amplamente “que, por ocasião de uma *mîsharum*, toda pessoa que tivesse vendido um bem fundiário estava autorizada a reivindicá-lo” (CHARPIN, *Archives Familiales et propriété privé en Babylonie ancienne: étude des documents de Tell Sifr.*, cit., p. 133). FINKELSTEIN, *Some new misharum material and its implications.*, cit., p. 242, n. 37, embora notando as dificuldades para estabelecer exatamente os limites da incidência da *mîsharum*, não hesita em afirmar que a terra patrimonial (recebida como parte de herança: *zittum* = ha-la) seria afetada.

⁶⁰ BIN,7,166 (de 18 do mês VI do ano 28 de Rîm-Sîn).

Nestes casos de compensação parcial em prata (hipótese 2a), a quantidade de metal reembolsada pelo comprador situa-se entre cerca de 25 e 30% do valor de venda do terreno. Por outro lado, quando não possuímos o contrato de alienação para efetuar a comparação, é impossível saber se a compensação correspondeu a um segundo pagamento do preço completo (1c) ou a uma compensação parcial (2a).⁶¹ Do mesmo modo, quando a compensação é paga na forma de um outro terreno, não podemos, por falta de informações mais precisas, estabelecer se o lote entregue equivalia completamente ao terreno adquirido (hipótese 1b) ou somente a uma fração deste, o que significaria um reembolso parcial (hipótese 2b).⁶²

No limite, não podemos descartar a possibilidade de que a compensação fosse até mesmo superior ao valor original da venda. Neste caso, a *mîsharum* teria engendrado não apenas o reembolso do valor completo do terreno alienado, mas também uma compensação suplementar (que, eventualmente, serviria para reparar uma situação de venda em que o valor do bem havia sido injustamente depreciado). Este pode ser, justamente, o caso da única compensação híbrida de Larsa que conhecemos:⁶³ o terreno construído dado como reembolso era da mesma dimensão (1 sar) do imóvel vendido⁶⁴ (este, no entanto, encontrava-se em ruínas no momento da venda, seis anos antes, o que pode sugerir que ele valesse menos que o terreno dado em compensação); além disso, o comprador pagou 5 ½ siclos de prata. Mas se considerarmos que o imóvel em ruínas era particularmente precioso (seu valor estava, com efeito, acima da média), o conjunto das compensações posteriores teria ficado ainda abaixo do valor original da venda.

⁶¹ É, por exemplo, difícil saber em qual das duas hipóteses enquadrar YOS,8,52 e TCL,10,70. Neste último caso, as linhas 5-6 do contrato parecem indicar que os 10 siclos pagos correspondiam ao valor total normalmente esperado pelo terreno: a colação do tablete no Museu do Louvre permite restituir (com auxílio da comparação com TCL,11,219:3): ⁵⁾ 10 gín kù-babbar ⁶⁾ shám 2/3 sar é-ki-lam-bi (10 siclos de prata, valor de 2/3 de sar de terreno a preço corrente); para a expressão é-ki-lam-bi, equivalente do acadiano *bît mahirim*, cf. AHw,2: 583 e CAD,M-1: 98. O valor, de fato, não seria muito distante da média paga por este tipo de terreno em Larsa. Neste caso, TCL,10,70 deverá ser classificado como uma compensação equivalente ao preço original (hipótese 1c).

⁶² Ver contratos TCL,10,76 e YOS,8,94 e processo TCL,10,105, no qual dois terrenos são dados em compensação de um pomar.

⁶³ VS,13,82.

⁶⁴ YOS,8,124.

Como se vê, toda dificuldade destas avaliações reside na incapacidade de estabelecer uma comparação segura entre os valores implicados nos diversos contratos, de compra e de compensação. Uma segunda dificuldade, não menos importante, é a impossibilidade de situar cada dado em uma linha temporal de evolução dos preços.⁶⁵ F. R. Kraus havia sugerido que os valores das compensações corresponderiam a uma baixa do preço de mercado dos terrenos após a promulgação de um edito.⁶⁶ Neste caso, mesmo se o valor das compensações era nominalmente menor do que o da venda, seria preciso considerar que a anulação seria total e não parcial. Por outro lado, como certas vendas foram feitas sob coerção, K. Veenhof supôs que o preço original foi depreciado em relação ao valor médio praticado. Os dados de Larsa, no entanto, não confirmam tal hipótese: até onde podemos julgar, os preços dos terrenos supostamente vendidos em condição de pauperização não eram demasiadamente depreciados em relação aos terrenos similares.⁶⁷ No mais, seja qual for o preço original, houve compensações que foram inferiores ao preço original de venda e, portanto, parciais, ao menos nominalmente. É preciso enfatizar este ‘nominalmente’, pois os cálculos são complicados pelo nosso desconhecimento das flutuações de preços da época: por exemplo, em um quadro de queda dos valores de ter-

⁶⁵ O problema dos preços na antiga Mesopotâmia é espinhoso. Para algumas das questões metodológicas do estudo das flutuações de valores, ver as considerações de RENGIER, J. Zur Rolle von Preisen und Löhnen im Wirtschaftssystem des alten Mesopotamien an der Wende vom 3. zum 2. Jahrtausend v. Chr. - Grundsätzliche Fragen und Überlegungen. *Altorientalische Forschungen*, 16, 1989, p. 234-252 e ZACCAGNINI, C. Prices and price formation in the ancient Near East. A methodological approach. In: ANDREAU, J., BRIANT, P. e DESCAT, R. (eds.), *Economie antique: Prix et formation des prix dans les économies antiques*. Saint-Bertrand-de-Comminges: Musée Archéologique Départemental, 1997, p. 361-384. Estes estudos concentram-se nos bens não fundiários, como a maior parte dos artigos publicados nos volumes citados. Para uma abordagem ‘modernista’ do comportamento dos preços na Mesopotâmia, ver TEMIN, P. Price behaviour in ancient Babylon. *Explorations in Economic History*, 39, 2002, p. 46-60, que segue as conclusões de SLOTSKY, A. L. *The bourse of Babylon: market quotations in the astronomical diaries of Babylon*. Bethesda: CDL Press, 1997 sobre a formação dos preços no quadro de uma economia de mercado.

⁶⁶ KRAUS, *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit.*, cit., p 41 s.

⁶⁷ Para os terrenos urbanos, a média dos valores (22,77 siclos/sar) obtidos por grupos, familiares ou não, que parecem ser os mais atingidos pelas restrições materiais, é apenas um pouco inferior do que os valores obtidos por indivíduos (26,17 siclos/sar). No entanto, é preciso considerar que estes dados não são decisivos e que, para os terrenos rurais, as diferenças diminuem sensivelmente e invertem-se (0,09 e 0,08 siclo/sar, respectivamente). Para um estudo da questão, cf. REDE, M. *L'Appropriation domestique de l'espace à Larsa – La trajectoire de la famille Sanum.*, cit., p. 241 ss.

renos, uma compensação de 10 siclos poderia corresponder efetivamente a um preço original de venda de, digamos, 15 siclos, pagos anos antes. Neste caso, valores nominalmente diferentes corresponderiam a compensações totais, apesar das aparências.

Por outro lado, se as vendas de terrenos mascaravam pagamentos de empréstimos de necessidade por devedores insolventes, existiria, segundo A. Goddeeris, um fosso entre os valores das duas operações: a autora lembra que os empréstimos de necessidade limitavam-se a somas reduzidas e que, em comparação, os preços dos terrenos seriam muito mais elevados. Goddeeris também propõe uma explicação para o processo: quando da venda de um terreno em virtude de um endividamento, o montante transferido ao vendedor/devedor seria, na verdade, a diferença entre o valor da dívida e o preço efetivo do terreno. Como os contratos de empréstimo que teriam ocasionado a venda do terreno não sobreviveram, nós só poderíamos descobrir os valores implicados nos casos em que, posteriormente, as vendas tivessem sido questionadas com base no decreto real: o valor ao qual o vendedor teria direito como compensação deveria ser, justamente, a diferença não recebida no momento da venda do terreno e corresponderia, por consequência, ao valor da dívida.⁶⁸ Assim, por exemplo, no caso de TCL,10,50 citado no quadro 2 acima, embora o contrato registre um ‘preço completo’ de 66 siclos (= 1 mina e 6 siclos) de prata, o vendedor teria recebido apenas 50 siclos quando da transferência original; os 16 siclos restantes corresponderiam à dívida não paga e teriam sido retidos pelo comprador/credor. No momento da compensação (TCL,10,67), o comprador teve de pagar 16 siclos, equivalentes, portanto, à dívida efetivamente anulada pelo decreto do rei.

Particularmente, sou muito cético quanto à tese de que *todas*, ou mesmo a *maior parte*, das vendas imobiliárias teriam derivado de uma dívida.⁶⁹ Na melhor

⁶⁸ GODDEERIS, *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC)*, cit., p. 329 s.). Eu corrigi os valores dados pela autora nos exemplos que se seguem em função de minhas colações dos tablettes do Museu do Louvre. Isto não afeta, porém, o seu raciocínio.

⁶⁹ A opinião de JAKOBSON, V.A. Some problems connected with the rise of landed property (old Babylonian period). In: KLENGEL, H. (ed.), *Beiträge zur Sozialen Struktur des Alten Vorderasien*. Berlin: Akademie Verlag, 1971, p. 37 neste sentido é, sem dúvida, desmesurada: “... in the Old Babylonian period we should probably surmise a debtor-versus-creditor (or, in general ‘weak-versus-strong’) relationship behind every deed of purchase of land” (grifos meus). A posição de KOZYREVA, *Drievnya Larsa. Otcherki choziaystviennoy jizni.*, cit., p. 68 e 72 é mais moderada, admitindo a existência de operações fora deste quadro de endividamento.

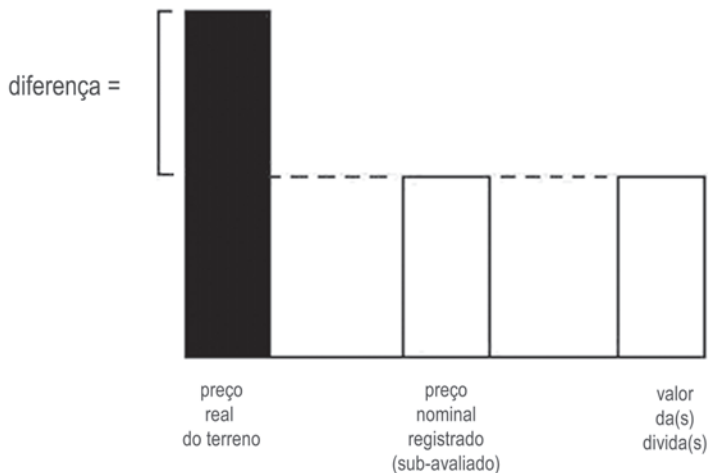
das hipóteses a explicação de Goddeeris seria válida *apenas* para as alienações decorrentes de insolvência. Há, no entanto, uma consequência importante para o problema de que tratamos aqui e que não é desenvolvida pela autora. O resultado lógico de seu raciocínio é que, no que diz respeito à dívida, a anulação promovida pelos decretos seria total: do mesmo modo que o valor completo da dívida era deduzido do preço pago pelo terreno, posteriormente, no momento da *mîsharum*, ele seria totalmente reembolsado ao devedor anistiado. Por outro lado, no que diz respeito à transferência do imóvel, a *mîsharum* teria apenas efeitos parciais: a anulação seria limitada ao valor (total) da dívida, o que explicaria o fato de os valores de certas compensações situarem-se abaixo dos preços originais de venda, como vimos em alguns casos citados acima. Mas, ainda uma vez, isto só seria válido para as vendas decorrentes de empréstimos não liquidados.

Uma alternativa radical pode ser aventada: os editos jamais teriam anulado diretamente as vendas de terrenos. Neste caso, seja em Larsa seja durante a primeira dinastia babilônica, os editos teriam apenas incidência indireta sobre as operações imobiliárias, na medida que estas representavam o resultado de um processo de insolvência que o decreto do rei buscava reverter. Isto explicaria a ausência de parágrafos referentes aos negócios imobiliários nos editos conhecidos até aqui. Por outro lado, entretanto, seria de se estranhar que nenhum dos contratos de compensação de Larsa faça referência à situação de endividamento que estaria na origem do problema.

Infelizmente, nossas incertezas não param aqui. Como foi dito, todas as tentativas para estabelecer a relação entre as compensações e os valores das vendas esbarram em nosso desconhecimento do processo de formação dos preços imobiliários e das tendências de flutuação durante um determinado período. Em geral, supomos que o preço de venda dos terrenos era o normal, quer dizer, o preço praticado correntemente na época da transferência. Mas, como também vimos, certos autores consideram que, nos casos de venda sob pressão, os valores estivessem depreciados. É em função destes dois raciocínios diferentes que são julgadas as compensações decorrentes do decreto real. Ora, na verdade, nada impede que tenha ocorrido uma situação praticamente inversa: no caso de alienações imobiliárias ligadas ao endividamento, os preços registrados formalmente nos contratos poderiam ser superfaturados em relação aos preços praticados normalmente; o mecanismo visaria fazer coincidir nominalmente o preço da venda do terreno e o valor das dívidas acumuladas⁷⁰ por um devedor junto a um

credor, o qual se tornaria o comprador do terreno. Pode-se supor, com efeito, que os empréstimos de necessidade fazem parte de uma rede de solidariedade ativa, sobretudo, entre pessoas próximas, parentes ou vizinhos. Isto não significa, porém, que as dívidas não devessem ser reembolsadas quando de seu vencimento. A transferência dos terrenos podia ser uma das formas de pagamento e, neste caso, o preço registrado teria servido para zerar artificialmente as contas entre devedor e credor, não coincidindo com o valor praticado correntemente. Teoricamente, este dispositivo permitiria uma variação do preço nominal seja para baixo seja para cima do valor real do imóvel. Em uma primeira hipótese, teríamos uma baixa artificial do preço nominal para equipará-lo ao nível da dívida:

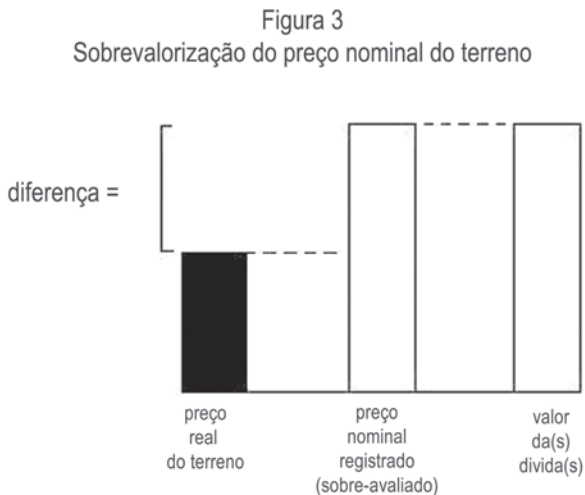
Figura 2
Subavaliação do preço nominal do terreno



⁷⁰ Não há razão para pensar que uma venda imobiliária correspondesse a uma única dívida, como o faz A. Goddeeris. Ao contrário, a alienação do bem pode ser a culminação de um processo de endividamento e, portanto, corresponder, do ponto de vista contratual, a vários empréstimos.

Este procedimento teria criado uma diferença (valor real *menos* preço nominal). Se esta diferença fosse paga (à margem do contrato), então, a operação teria uma finalidade apenas formal (fazer coincidir, no nível contratual, o valor da dívida com o preço do terreno), mas, na prática, o preço final do terreno estaria nos níveis considerados normais (que corresponderia a: dívida *mais* diferença em prata efetivamente recebida). Se, ao contrário, a diferença não fosse paga, teríamos uma operação imobiliária a preço realmente depreciado: em outros termos, o endividamento teria tido o efeito de desvalorizar os terrenos negociados nestas condições.

Na segunda hipótese, sobre a qual eu gostaria de chamar a atenção aqui, teríamos, ao contrário, um aumento artificial do preço nominal para elevá-lo ao valor da dívida. Neste caso, a diferença corresponde a: dívida menos preço real do terreno, como se vê na figura abaixo:



Se esta diferença fosse retida pelo comprador/credor (não sendo paga ao vendedor ou sendo devolvida por este), a prática seria, igualmente, um dispositivo estritamente formal, devido à necessidade de fazer coincidir os valores dos dois contratos (de empréstimo e de venda do terreno). Se, ao contrário, a diferença fosse realmente paga, isto significa que o comprador estaria absorvendo um excedente no preço do terreno (além de zerar a dívida do vendedor/devedor): a compra do imóvel seria, então, mais um ato de solidariedade a ser

considerado na seqüência dos benefícios que o credor já havia concedido ao devedor fazendo-lhe empréstimos de necessidade.⁷¹

Estas várias possibilidades são hipotéticas, mas servem para mostrar que, se algumas vendas estavam vinculadas a empréstimos, não é preciso supor necessariamente que os preços fossem realmente depreciados. Ainda mais importante, elas mostram que, se a situação de endividamento pode levar à alienação de um bem fundiário familiar, isto nem sempre representa uma exploração perversa do devedor pelo credor. Ao contrário, ela pode permitir a manifestação de mecanismos de assistência benévolos e socialmente eficazes.⁷² Talvez devêssemos dizer parcialmente eficazes, pois sua existência não traz solução definitiva e estrutural para o problema do endividamento. Eles situam-se no nível das medidas paliativas. Aliás, esta é uma característica que compartilham com a *mîsharum* do rei; a diferença é que os mecanismos de solidariedade são pulverizados no tecido social, operando caso a caso, na rede de laços interpessoais, enquanto que o edito real impõe-se aos agentes sociais vindo de cima.

Antes de passarmos às interpretações mais gerais, é preciso considerar as conseqüências da diversidade de situações por trás dos contratos de compensação sobre a natureza deste tipo de contrato. Normalmente, este tipo de documento é percebido como o resultado da aplicação direta de uma norma emanada do palácio sobre as transações imobiliárias. Vimos, no entanto, que as soluções foram muito variadas, por vezes no interior de um mesmo arquivo. Assim, ou as normas às quais estas soluções contratuais remetem não são as mesmas, o

⁷¹ A criação de um preço ficcional que coincidiria com o nível de endividamento do devedor/vendedor não é um procedimento inédito: foi, por exemplo, atestada por G. Levi em seu estudo sobre o mercado de terras no Piemonte, no século XVII (LEVI, G. *Réciprocité et marché de la terre*. In: ___ *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII^e siècle*. Paris: Gallimard, 1985, p. 128 ss.). Este caso é instrutivo em diversos aspectos. O autor notou, inicialmente, uma diferença entre os preços praticados entre pessoas aparentadas (em geral, muito elevados) e os preços praticados nas transações entre pessoas estranhas (bem mais baixos). A princípio, estas tendências iriam contra toda expectativa. No entanto, sua análise demonstrou, em resumo, que, no primeiro caso, a operação de venda dos terrenos era apenas o ponto culminante de um processo de reciprocidade entre parentes, composto de várias trocas, prestações e empréstimos. Nesta situação, os preços registrados nos contratos serviam para zerar as dívidas, apagando toda a cadeia de atos precedentes e restabelecendo o equilíbrio entre os agentes implicados.

⁷² Entre as hipóteses enunciadas por GODDEERIS, *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC)*., cit., p. 330 há, justamente, a de que o preço sobrevalorizado corresponderia a uma caridade por parte do credor.

que é pouco provável, ou cada contrato corresponde a uma norma única, mas com resultados diversos, decorrentes de negociações específicas. Isto mostra que, na prática social, os agentes não se submetem passivamente aos efeitos das regras jurídicas, mas estabelecem entre eles um jogo em que a 'lei' do soberano era apenas um dos elementos. Um elemento importante, sem dúvida, pois tinha a capacidade de provocar a negociação, mas que partilhava a cena com diversos outros fatores. Na maior parte do tempo, não temos uma visão clara da natureza e da importância destes fatores, mas é sua articulação cambiante que faz com que, em cada caso, compradores e vendedores chegassem a soluções diferentes para seus conflitos, mesmo se todos tivessem partido de um mesmo impulso original, o decreto real. Assim, os contratos de compensação de Larsa nos ensinam tanto sobre a própria 'lei' quanto sobre os modos como ela é manuseada pelos agentes sociais.⁷³

Crise econômica e justiça social?

A intervenção do palácio na vida social e econômica através dos editos reais foi objeto de uma literatura vasta e diversificada. Entre os diversos aspectos do problema, dois, intrinsecamente ligados, mereceram uma atenção constante: em primeiro lugar, a relação dos editos com a situação econômica, em particular nos contextos de crise, e, em segundo, o papel dos decretos como mecanismo de justiça social. Estes dois elementos tornaram-se, desde cedo, os ingredientes centrais de uma visão tradicional que visou situar a *mîsharum* e os atos semelhantes em seu contexto histórico.

Os editos, com efeito, representavam uma ingerência do palácio em uma zona bastante sensível da vida material e é mais do que provável que a situação econômica tenha se tornado crítica de tempos em tempos, exigindo a atenção do rei. Os

⁷³ É neste sentido que devemos entender as palavras de WESTBROOK, R. Introduction: The character of ancient Near Eastern law. In: ____ (ed.) *A History of ancient Near Eastern law*. Volume 1. Leiden: Brill, 2003, p. 11: "... it should be remembered that private contracts and comparable transactions do not make law; they function within a framework of the existing laws. A contract is not direct evidence of legal norms but of the reactions of the parties to those norms. A contract seeks to exploit laws, it may even to try to evade laws, but (except perhaps for international treaties) it cannot make or alter laws by itself. The norms of positive law remain a shadowy presence behind the terms of the individual transaction, still to be reconstructed by the historian."

problemas parecem ter sido cumulativos e a necessidade de uma intervenção tornava-se recorrente. A anistia sobre a cobrança de tributos atrasados mostra que a situação de insolvência podia se impor no interior da própria economia do estado: os produtores agrícolas e os pastores do domínio palaciano nem sempre conseguiam assegurar o pagamento do percentual fixado sobre a produção e os mercadores que trabalhavam para o rei acumulavam dívidas referentes às cotas palacianas que não eram quitadas. Entre a população, os empréstimos vencidos tornavam-se, igualmente, freqüentes e tinham por consequência o arresto de bens dados em garantia e mesmo a redução dos devedores ou de seus familiares à escravidão por dívida. Tais situações de pauperização e as pressões dos credores podem, certamente, ter provocado uma parte das vendas de terrenos. Estas condições teriam afetado de modo decisivo o sistema de produção e engendrado uma forte instabilidade social. O quadro de ‘desordem econômica’, como o chamou J. Bottéro,⁷⁴ forneceu os parâmetros para compreender as razões da intervenção do rei e foi objeto de poucas contestações entre os especialistas. O ceticismo de R. Westbrook parece uma manifestação relativamente isolada:⁷⁵ Westbrook não nega os fatores de empobrecimento enumerados por Bottéro, mas considera-os como traços endógenos ao sistema econômico babilônico, que não poderiam explicar (não mais do que para qualquer outra época) a intervenção real. O autor prefere, ao contrário, enfatizar a responsabilidade religiosa do rei em manter o equilíbrio social.⁷⁶

⁷⁴ BOTTÉRO, Désordre économique et annulation des dettes en Mésopotamie à l'époque paléo-babylonienne., cit. forneceu uma primeira síntese sobre o problema, cujos elementos já estavam presentes desde a publicação dos editos por F. R. Kraus.

⁷⁵ WESTBROOK, R. Social justice in the ancient Near East. In: IRANI, K. D. e SILVER, M. (eds.), *Social justice in the ancient world*. London: Greenwood Press, 1995, p. 159 s.

⁷⁶ A questão da periodicidade dos editos poderia, porém, dar um argumento a favor de uma explicação mais econômica do que religiosa: após algumas hesitações iniciais, devidas sobretudo ao paralelo com a periodicidade regular do ano sabático e do jubileu bíblicos (ver, em particular, FINKELSTEIN, Some new *mīsharum* material and its implications., cit., p. 245 s.), prevalece, hoje, a tese de um intervalo variável e imprevisível entre os editos de um soberano (ver CHARPIN, Les prêteurs et le palais: les édits de *mīsharum* des rois de Babylone et leurs traces dans les archives privées., cit., p. 186, n. 6 e 202, com bibliografia anterior). Neste quadro, podemos pensar que a decisão real estaria ligada, sobretudo, a conjunturas econômicas. Por outro lado, a tendência geralment observada (mas não em Larsa) de decretar uma *mīsharum* no início do reino, marcando a ascensão do novo soberano, deveria ser considerada no âmbito do simbolismo do poder real (sobre os aspectos emocionais implicados pela proclamação da *mīsharum*, ver CHARPIN, Les prêteurs et le palais: les édits de *mīsharum* des rois de Babylone et leurs traces dans les archives privées., cit., p. 185, n. 1). Evidentemente, nenhum destes aspectos econômicos e políticos exclui uma dimensão religiosa dos decretos.

As crises econômicas do período babilônico antigo foram objeto de consideração de vários autores que pretenderam estabelecer sua natureza e seu alcance. E. Stone, por exemplo, procurou estabelecer a relação entre os eventos que estavam na origem da perda do controle babilônico do sul mesopotâmico, a partir do ano 11 de Samsu-iluna, e os efeitos de uma profunda crise sócio-econômica na região. No que diz respeito especificamente à estrutura fundiária, Stone nota, a partir dos documentos de Nippur, uma concentração da terra e a degradação das condições de vida dos pequenos agricultores que dependiam diretamente de seus lotes para a subsistência.⁷⁷ Esta crise e as demais ocorridas posteriormente na região meridional determinaram, como sabemos agora, grandes deslocamentos populacionais em direção ao norte.⁷⁸ T. B. Jones preferiu, por sua vez, enfatizar a dinâmica interna das formações sociais amoritas: a expansão destes reinos, que se instalaram na Mesopotâmia na virada do terceiro para o segundo milênio, havia permitido o desenvolvimento de uma economia rural fundada sobre um campesinato que não teria resistido à divisão de seus pequenos lotes de terra determinada pelos costumes de herança, o que teria levado à concentração fundiária sob Samsu-iluna.⁷⁹ Para A. Goddeeris, as razões das ações dos reis deveriam ser procuradas nas profundas mudanças da estrutura da sociedade babilônica, especialmente no processo de urbanização e de substituição da família extensa pelos grupos nucleares.⁸⁰ Na perspectiva ‘moder-

⁷⁷ STONE, E. C. Economic crisis and social upheaval in old Babylonian Nippur. In: LEVINE, L. D. e YOUNG Jr., T. C. (eds.), *Mountains and Lowlands: essays in the archaeology of Greater Mesopotamia*. Malibu: Undena Publications, 1977, p. 286.

⁷⁸ CHARPIN, D. Remarques sur l'administration paléobabylonienne sous les successeurs d'Hammurabi. *Journal of the American Oriental Society*, 100, 1980, p. 468, n. 35; CHARPIN, D. La Babylonie de Samsu-iluna à la lumière de nouveaux documents. *Bibliotheca Orientalis*, 38, 1981, p. 528 s.; CHARPIN, D. *Le clergé d'Ur au siècle d'Hammurabi (XIX^e - XVIII^e siècles av. J.-C.)*. Genève, Droz, 1986, p. 402 e 488 s. e, sobretudo, CHARPIN, D. Immigrés, réfugiés et déportés en Babylonie sous Hammurabi et ses successeurs. In: CHARPIN, D. e JOANNÈS, F. (eds.), *La circulation des biens, des personnes et des idées dans le Proche-Orient ancien*. Paris: ERC, 1992, p. 207-218). Notar-se-á que, em certa medida, este deslocamento foi limitado a membros de algumas categorias, como os sacerdotes, e que as motivações nem sempre foram econômicas: a instabilidade política e as deportações tiveram um papel considerável.

⁷⁹ JONES, T. B. *Paths to the ancient past. Application of historical method to ancient history*. New York: The Free Press, 1967, p. 163 s. O caso de Larsa mostra, justamente, que esta fragmentação, constatada em Dilbat pelo autor, não era um exemplo isolado.

⁸⁰ GODDEERIS, A. *Economy and society in northern Babylonia in the early old Babylonian period (ca. 2000 - 1800 BC)*., cit., p. 335.

nista' que caracteriza sua abordagem, M. Silver defendeu que a ingerência do palácio visava restabelecer, por intermédio de 'welfarist type reforms', um mercado momentaneamente desequilibrado.⁸¹

Estes são apenas alguns julgamentos destoantes ou mesmo contraditórios e verificar a pertinência de cada um quanto à articulação entre os editos e as condições econômicas nos levaria longe de nosso propósito aqui.⁸² Retenhamos, apenas, que esta articulação entre crise e *mîsharum* é um primeiro elemento importante e recorrente na argumentação da maioria dos especialistas que trataram do assunto.⁸³

O segundo elemento é a ligação entre os editos e uma concepção do poder real que prevê que o soberano seja um promotor da justiça social. A noção de 'rei de justiça' foi, com efeito, um ingrediente maior da imagem da monarquia na Mesopotâmia.⁸⁴ Na composição do discurso real, ela figurava lado a lado das noções de mediador entre os homens e o sagrado e de guerreiro defensor de seu povo e de seu país.⁸⁵ A benevolência prodigalizada pelo rei podia

⁸¹ SILVER, M. Prophets and markets revisited. In: IRANI, K. D. e SILVER, M. (eds.), *Social justice in the ancient world*. London: Greenwood Press, 1995, p.184 s.

⁸² A primeira tarefa seria a de isolar, entre os eventos econômicos do momento, aqueles que poderiam ser considerados como um sinal de disfunção do sistema e aqueles que eram um elemento estrutural. Do ponto de vista da estrutura econômica, as situações de penúria material não são, forçosamente, um resultado da crise, mas um subproduto recorrente e previsível do funcionamento do sistema.

⁸³ A idéia de uma crise caracterizada pela perda da propriedade, pela concentração fundiária e pela polarização social tem uma longa trajetória nos estudos antropológicos consagrados ao campesinato e aos pequenos proprietários rurais desde os trabalhos clássicos de CHAYANOV, A. V. *The theory of peasant economy*. Homewood: Irwin, 1966, WOLF, E. R. *Peasants*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966 e MENDRAS, H. *Sociétés paysannes*. Paris: Armand Colin, 1976, entre outros. Para um tratamento mais recente do problema, ver NETTING, R. McC. *Smallholders, Households. Farms families and the ecology of intensive, sustainable agriculture*. Standford, Standford University, 1993, p. 185 ss. e capítulo 7. Infelizmente, estas correntes de reflexão e as questões por elas levantadas estão ausentes dos estudos assiriológicos sobre a crise econômica.

⁸⁴ Sobre o título *shar mîsharim*, ver PROOSDIJ, B. A. VAN. *Shar mîsharim*. Titre des rois babyloniens comme législateurs. In: DAVID, M., VAN GRONINGEN, B. A. e MEIJERS, E. M. (eds.), *Symbolae ad jus et historiam antiquitatis pertinentes Julio Christiano Van Oven dedicatae*. Leiden: E. J. Brill, 1946, p. 29-35.

⁸⁵ Para uma análise das narrativas dos 'feitos' do monarca mesopotâmico, ver LIVERANI, M. The deeds of ancient Mesopotamian kings. In: SASSON, J. (ed.) *Civilizations of the ancient Near East*. Vol. 4. New York: Charles Scribner's Sons, 1995, p. 2353-2366. Para os elementos sagrados e profanos na composição da imagem do rei, ver principalmente ZACCAGNINI, C. Sacred and human components in ancient Near Eastern law. *History of Religions*, 33, 1994, p. 268 s.

manifestar-se de muitas maneiras: pela construção de templos, a abertura e manutenção dos canais de irrigação etc. A distribuição da justiça, porém, ocupava aí um lugar de destaque. Garantindo a boa ordem e aplicando a lei, o rei exercia seu papel na instauração da justiça social.⁸⁶ As diversas medidas de reordenamento eram sentidas como uma emanção particular deste poder mais amplo.⁸⁷ Evidentemente, o paralelo com a figura do ‘*rei pastor*’ e com as instituições similares do Antigo Testamento contribuiu para reforçar ainda mais esta característica da realeza mesopotâmica.⁸⁸

Pode-se, sem dúvida, discutir a correspondência entre a imagem criada pela ideologia real e os atos efetivos do poder, mas seria, creio, precipitado simplesmente descartar o aspecto simbólico sob o pretexto de que ele não reflete uma política social justa e eficaz. Sejam quais forem as realidades que a noção de ‘*rei de justiça*’ evoca, ela funcionava como um ingrediente importante na construção

⁸⁶ Sobre este aspecto da ideologia real, ver LAFONT, S. Les actes législatifs des rois méso-potamiens. In: DAUCHY, S., MONBALLYU, J. e WIJFFELS, A. (eds.) *Auctoritates Xenia R. C. Van Caenegem oblata*. Brussel, 1997, p. 3-27, LAFONT, S. Le roi, le juge et l'étranger à Mari et dans la Bible. *Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale*, 92, 1998, p. 162 ss., CHARPIN, Les édits de ‘restauration’ des rois babyloniens et leur application., cit. e CHARPIN, D. Le ‘bon pasteur’: idéologie et pratique de la justice royale à l'époque paléo-babylonienne. *Lettres Orientales*, 5, 1996, p. 101-114. Para Hammurabi, em seu papel de rei juiz e legislador, ver LEEMANS, W. F. Hammurabi's Babylon, centre of trade, administration and justice. *Sumer*, 41, 1981, p. 91-96; KLENGEL, H. *Il re perfetto: Hammurabi e Babilonia*. Roma: Laterza, 1993 (capítulo 5); CHARPIN, D. *Hammurabi de Babylone*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003 (capítulo 8) e VAN DE MIEROOP, M. *King Hammurab of Babylon: a biography*. Oxford: Blackwell, 2005 (capítulo 8).

⁸⁷ Mesmo se, em determinados momentos, este poder era apenas potencial: assim, em uma carta de Mari (ARMT,26/1:194), a possibilidade da proclamação de um edito de restauração (*andurârum*) é associada à conquista da cidade de Kurda, pretendida pelo rei de Mari, Zimri-Lim, certamente como uma medida paliativa a ser adotada na sequência da ruptura política e visando obter o beneplácito da população para com o novo rei. O mais interessante é que, neste caso, é o próprio deus Shamash que exorta o rei a proclamar o edito na região conquistada (ver CHARPIN, Les prêteurs et le palais: les édits de *mîsharum* des rois de Babylone et leurs traces dans les archives privées., cit. p. 188 s. com tradução da passagem e comentários).

⁸⁸ A literatura é vasta: ver, por exemplo, EPSZTEIN, L. *La justice sociale dans le Proche-Orient ancien et le peuple de la Bible*. Paris: Les Éditions du CERF, 1983.; WEINFELD, M. *Social justice in ancient Israel*. Jerusalém: Magnes Press, 1995 (particularmente o capítulo 2) e OTTO, Soziale Restitution und Vertragsrecht: *mîsharu(m)*, (an)-durâru(m), kirenzi, parâ tarumar, sh^emitta und d'rôr in Mesopotamien, Syrien, in der hebräischen Bibel und die Frage des Rechtstransfers im alten Orient., cit.

da imagem do soberano e da própria realza.⁸⁹ Vários autores chamaram a atenção para o fato de que as assim chamadas reformas dos reis babilônicos não correspondiam a nenhum programa de mudança social profunda e tinham, ao contrário, um caráter conservador, de retorno à ordem estabelecida, momentaneamente conturbada, e de retomada dos parâmetros estáveis e seguros do passado.⁹⁰ A restauração de uma ordem original estabelecida pelos deuses é, aliás, um dos elementos da imagem da ação real em si, e não apenas em tempos de crise.⁹¹ Nada disso diminui, portanto, a eficácia simbólica da imagem do 'rei de justiça'.⁹²

Do ponto de vista econômico, é preciso entender as intervenções reais no quadro da articulação entre o palácio e a vida material nos inícios do segundo milênio a.C. Neste sentido, a opinião recentemente emitida por G. J. Selz me parece relevante: o impulso original da ação do palácio foi de auto-preservação; a instituição procurava evitar que os elementos de uma crise econômica transformassem-se no motor de uma crise do estado. Selz opõe duas situações diferentes: na época da terceira dinastia de Ur, em fins do terceiro milênio a.C., o

⁸⁹ O que não impede de constatar que, por vezes, a ideologia antiga é tomada por realidade de uma maneira muito pouco crítica: é o caso do recente estudo de BOTTÉRO, J. L'annulation périodique des dettes en Mésopotamie. *Lettre de Ligugé*, 292, 2000, p. 5-12, mesmo se o autor nos previne contra uma explicação fundada na caridade e nos bons sentimentos do soberano.

⁹⁰ Por exemplo, CHARPIN, Les édits de 'restauration' des rois babyloniens et leur application., cit. p. 24); FOSTER, B. R. Social reform in ancient Mesopotamia. In: IRANI, K. D. e SILVER, M. (eds.), *Social justice in the ancient world*. London: Greenwood Press, 1995, p. 168 e OLIVIER, Restitution as economic redress: the fine print of the old Babylonian mēsharum edict of Ammisaduqa., cit., p. 97.

⁹¹ Ver LIVERANI, The deeds of ancient Mesopotamian kings., cit. p. 2361.

⁹² Normalmente, a imagem do 'rei de justiça' é apresentada como um produto unilateral da ideologia palaciana. Em um estudo sobre a questão, seria necessário, parece-me, ao menos considerar a hipótese de que ela correspondia, igualmente, a uma demanda popular. Por exemplo, em um quadro em que a sensibilidade econômica da população é refratária às flutuações de preço que põem em risco sua subsistência, é possível que a idéia de um 'preço justo' (cf. CHARPIN, D. Le juste prix. *Nouvelles Assyriologiques Brèves et Utilitaires*, 3/77, 1999) tenha emergido como reação à depreciação dos valores da terra e do trabalho ou ao aumento exorbitante dos preços de produtos de primeira necessidade: por conseqüência, a intervenção reguladora do Estado corresponderia a uma resposta de caráter paternalista (cf. THOMPSON, E. P. The moral economy of the English crowd in the Eighteenth century. *Past and Present*, 50, 1971, p. 76-136 e MURPHY, S. B. The notion of moral economy in the study of ancient Near East. In: PROSECKY, J. (ed.), *Intellectual Life of the Ancient Near East*. Prague: Academy of Sciences of the Czech Republic Oriental Institute, 1998, p. 281). Não é por outro motivo que uma espécie de tabelamento de preços aparece em várias inscrições reais e em certos 'códigos' mesopotâmicos, como as leis de Eshnunna ou o código de Hammu-rabi.

controle do palácio sobre domínios consideráveis da economia induzia-o a uma ação direta sobre o universo da produção; mas, ao mesmo tempo, o modelo revelava-se ineficaz para os setores privados que persistiam à margem do palácio. Ao contrário, a situação sob os soberanos do período babilônico antigo representaria uma espécie de retorno aos postulados sumérios arcaicos, dos inícios e meados do terceiro milênio, anteriores à dinastia de Akkad, segundo os quais a intervenção do rei visaria reduzir, para as estruturas de poder, os riscos causados pela disfunção econômica exterior ao palácio. Para tanto, dentre outras coisas, era preciso reforçar a legitimação do rei junto à sociedade, o que gerou um discurso de justiça social.⁹³

Embora os conceitos de crise econômica e de justiça social precisassem ser estabelecidos de uma maneira mais refinada, parece claro que, para a historiografia em geral, os editos reais estabeleciam uma ligação entre uma causa (a crise) e um efeito (a justiça), fornecendo uma lógica aos eventos. Do meu ponto de vista, o problema desta abordagem é o de ser aplicada indistintamente ao conjunto de disposições existentes (ou que supostamente existiram) nos decretos reais, sem levar em consideração a diferença de natureza e de alcance dos numerosos fenômenos implicados. Assim, a ausência de medidas fazendo referência explícita aos negócios imobiliários nos editos babilônicos deixou a via livre para uma generalização em que estes dois elementos – a ligação com uma crise econômica e o papel do soberano como garantia de justiça social – orientassem a análise das compensações atestadas nos contratos a partir de esquemas que lhes são estranhos, ou seja, aqueles aplicados à anulação das dívidas e à anistia dos tributos palacianos. Seria necessário, porém, separar estes diversos pontos em, ao menos, duas categorias distintas.

Primeiramente, existiu uma intervenção do rei cujos efeitos eram, sem dúvida, consideráveis, pois ela atingia o próprio coração da extensa atuação palaciana na vida material. O soberano renunciava a receber uma grande quantidade de tributos. Esta renúncia ganha todo seu sentido quando colocada na perspectiva histórica das mutações do sistema econômico mesopotâmico. Durante a terceira dinastia de Ur, o papel econômico do palácio também era marcado por mecanismos tributários: por intermédio destes tributos, os palácios (e, em certa medida, os templos) absorviam uma parte da produção, especialmente os bens

⁹³ SELZ, G. J. Wirtschaftskrise - Legitimationskrise - Staatskrise. Zur Genese mesopotamischer Rechtsvorstellungen zwischen Planwirtschaft und Eigentumsverfassung. *Archiv für Orientforschung*, 46-47, 1999-2000, p.1-44, para o período babilônico antigo, cf. p. 24 ss.

agrícolas e pastoris. Nessa época, no entanto, o controle direto de amplos domínios da produção e da circulação de produtos era muito mais importante do que seria no início do segundo milênio. Na época babilônica antiga, ao contrário, com a retração da atividade propriamente produtiva do palácio, os dispositivos tributários tornam-se a forma privilegiada de sua ação econômica. A economia dos palácios, como os da Babilônia e de Larsa, repousava sobre uma ampla intervenção na alocação dos recursos e dos produtos. Neste quadro, a distribuição de recursos produtivos do palácio (terras e rebanhos, por exemplo) em troca de pagamento de tributos tornou-se essencial. Um outro procedimento era a concessão de produtos palacianos aos mercadores comissionados, que os comercializavam e entregavam uma parte do resultado da venda ao palácio.⁹⁴ Em ambos os casos, o sistema babilônico antigo engendrava obrigações de pagamentos que deviam ser feitos ao palácio e que, em certas circunstâncias desfavoráveis, poderiam acumular-se perigosamente. Aplicando a *mîsharum* às taxas devidas por agricultores, pastores e outros, freando a ação de seus coletores e anistiando os pagamentos atrasados dos mercadores, o palácio renunciava a uma fonte importante de rendimento. Além disso, do ponto de vista dos beneficiários, a medida gerava efeitos imediatos sobre suas atividades econômicas, que se faziam sentir particularmente em caso de crise conjuntural. Não estamos bem informados sobre a jurisdição coberta pelos decretos, nem sobre o grau de sua aplicação na prática, mas podemos supor que o impacto desta renúncia tributária sobre a produção e a circulação era considerável.⁹⁵ Evidentemente, não é preciso ver neste movimento

⁹⁴ Para tornar o quadro mais completo, é necessário acrescentar a distribuição de terras do palácio como remuneração de seus servidores, num sistema que tende a suplantar o antigo mecanismo generalizado de distribuição de rações. Sobre o sistema-*ilkum*, ver ELLIS, M. DE J. *Agriculture and the state in ancient Mesopotamia. An introduction to problems of land tenure*. Occasional Publications of the Babylonian Fund, 1, Philadelphia, 1976; ISHIKIDA, M. Y. *The administration structure and economic function of public service (ilkum) of the Old Babylonian state in the Old Babylonian Period*. University of California, Los Angeles. Unpublished Ph. D. 1994; ISHIKIDA, M. Y. The *ilkum* institution in the provincial administration of Larsa during the reign of Hammurapi (1792-1750 B.C.). *Orient*, 24, 1999, p. 61-88 e REDE, M. Terra e poder na antiga Mesopotâmia: uma antropologia histórica entre os 'primitivos' e os 'modernos'. *Phoînix*, 2, 1996, p. 109-134.

⁹⁵ Além dos efeitos diretos, é preciso considerar também os efeitos secundários, tal como o estímulo sobre a produção; OLIVIER, Restitution as economic redress: the fine print of the old Babylonian *mêsharum* edict of Ammisaduqa., cit. chama a atenção sobre o fato de que as concessões pudessem representar um encorajamento para o desenvolvimento agrícola de zonas afastadas, como o Suhum, e sobre o impacto que os bens e a prata não recolhidos pelo palácio poderiam ter sobre a economia.

uma atitude filantrópica do palácio: renunciando provisoriamente aos rendimentos, o rei criava as condições para uma reorganização da economia dos domínios submetidos aos tributos e garantia a recomposição de sua base tributária. Na verdade, esta poderia ser a única alternativa viável para o palácio, uma vez que a insistência no recolhimento dos atrasados poderia levar à ruptura do sistema social.

Por outro lado, a intervenção palaciana que determinou as compensações nos casos de transferências imobiliárias é de natureza completamente diferente e sua incidência econômica se dá em outra escala. A princípio, poderíamos crer que a necessidade de uma intervenção real estivesse ligada aos resultados perversos de um livre mercado de terras sobre a economia. Em um quadro predominante não-mercantil, as transferências imobiliárias seriam um elemento de mercado corrosivo, cujos efeitos poderiam atingir negativamente o conjunto das relações econômicas, pois introduziria uma dinâmica comercial em contradição seja com a lógica de redistribuição, que articulava a economia dos organismos complexos (templos e palácios), seja com os mecanismos de reciprocidade, que orientavam as trocas no nível familiar e comunitário. Entretanto, a natureza do circuito de compra, venda e troca de terrenos em Larsa não era a do mercado.⁹⁶ Assim, não podemos continuar a pensar a intervenção palaciana sobre os negócios imobiliários a partir do modelo, freqüentemente implícito, das ações dos Estados modernos para a regulamentação dos mercados. Se as disposições palacianas não podem ser assimiladas às redes de proteção contra os efeitos sociais deletérios do jogo de mercado, a resposta deve, por consequência, ser buscada alhures.

Circulação de terrenos e intervenção palaciana: por uma nova articulação

A questão inicial deve ser recolocada, parece-me, em outros termos: quais são as relações sociais eventualmente deterioradas pelas transferências de terrenos? Onde se situam exatamente as tensões introduzidas na sociedade pela circulação imobiliária? É a resposta a estas indagações que deveria orientar nossa percepção sobre os decretos reais.

O quadro em que se desenrolavam os negócios imobiliários de Larsa não é o de um mercado impessoal, no qual os agentes entretinham apenas relações

⁹⁶ Desenvolvo o problema em REDE, M. *L'Appropriation domestique de l'espace à Larsa – La trajectoire de la famille Sanum.*, cit.; na parte que segue, resumo apenas o essencial do que é necessário para compreender o fenômeno das compensações.

engendradas pela própria operação de transferência do imóvel. Pelo contrário, a análise dos negócios mostra que laços preliminares, de parentesco ou vizinhança, são mobilizados e constituem até mesmo uma condição essencial para a realização das trocas entre os grupos. As relações de parentesco não se limitavam a um papel importante, e previsível, na transmissão do patrimônio entre as gerações: elas estavam, igualmente, presentes nos arranjos implicados pelas alienações. Por outro lado, uma parte considerável das transações imobiliárias desenvolvia-se no interior de uma rede de vizinhança em que os contatos sociais podiam ser muito próximos e durar por longo tempo. Pode-se dizer, assim, que as transferências de terrenos realizavam-se no quadro das *relações de proximidade*, colocando em cena membros de uma comunidade bastante limitada e coesa, cujos vínculos estavam constituídos antes mesmo do ato econômico da alienação do imóvel.

Os laços preexistentes de parentesco e vizinhança não dispensam, porém, as negociações entre as partes no processo de apropriação, nem eliminam as tensões que resultam dele. As situações em que as alienações eram feitas sob pressões internas da família agravavam o problema: é o caso, por exemplo, da morte do patriarca, pois esta gerava a necessidade de reorganizar territorialmente o grupo em um momento delicado de ruptura e de comoção. A morte põe a família diante da necessidade de negociar as condições de sua continuidade, material e imaterial. Assim, a partilha do patrimônio entre os herdeiros poderia levar a que o primogênito (privilegiado, em Larsa, com uma parte dupla da herança) recebesse recursos suficientes para colocá-lo em uma posição de força face aos demais irmãos, para não falar das prerrogativas simbólicas e religiosas que ele normalmente concentrava, como, por exemplo, herdar as incumbências referentes ao culto dos ancestrais.⁹⁷ Do mesmo modo, os negócios concluídos entre vizinhos em períodos de dificuldades, assim como os endividamentos, contribuíam para criar disputas e tensões.

As implicações destas considerações impõem-se naturalmente para o problema que analisamos aqui. Se admitirmos esta caracterização da circulação

⁹⁷ Para as relações entre a partilha de herança e o culto aos mortos, ver REDE, M. Práticas funerárias, culto aos ancestrais e transmissão do patrimônio familiar na antiga Mesopotâmia. *Revista do Museu de Arqueologia e de Etnologia*, 14, 2004, p. 117-138.

de terrenos e suas conseqüências, é preciso, então, situar a ruptura das relações sociais que elas engendram no âmbito dos contatos de proximidade, em particular, os laços de parentesco e vizinhança. Isto permitirá ver sob uma nova luz as intervenções do palácio no domínio das transações imobiliárias.

Intervindo pela revisão das vendas fundiárias, o rei não agia sobre um conjunto de relações econômicas entre agentes impessoais. A ingerência real era, de certo modo, mais delicada, pois alterava o modo de contato entre pessoas próximas: mesmo se as regras palacianas não substituíam completamente, no dia-a-dia, os costumes sedimentados e as práticas tradicionais, elas impunham-se momentaneamente e obrigavam parentes e vizinhos a redefinirem suas interações. A finalidade dos decretos não era, portanto, o reequilíbrio social de um mercado institucionalizado, mas a recomposição dos laços de proximidade no interior de grupos sociais delimitados. A comparação com as constantes restrições à escravidão por dívidas no decorrer da história mesopotâmica é instrutiva a este respeito. Ao contrário da chamada escravidão-mercadoria, na qual o escravo provém de fora (sendo, assim, o *estrangeiro* por excelência, em diversos sentidos), a escravidão por dívidas atingia, em geral, os membros da própria comunidade, o próximo, alguém que, no mais, não era excluído dos demais laços que definiam sua posição na sociedade local (parentesco, de início, mas também a participação nas diversas esferas sociais, como, por exemplo, o exercício dos direitos políticos). A difusão exagerada deste tipo de relação de dependência servil criava, no interior da comunidade, uma forte zona de tensão e é este o motivo por que foi freqüentemente limitada, e mesmo abolida, pelos poderes constituídos em diversas partes do mundo antigo. No terceiro milênio mesopotâmico, a escravidão por dívidas será objeto de restrições desde, pelo menos, as reformas de Urukagina, rei de Lagash por volta de 2350. Os decretos da época babilônica antiga continuarão a prever manumissões para este tipo de escravo e o código de Hammu-rabi (§ 117) chega a limitar o período de cativo a três anos.⁹⁸ A intervenção palaciana neste domínio não buscava

⁹⁸ Para a escravidão por dívidas, ver, em geral, CHIRICHIGNO, *Debt-slave in Israel and the ancient Near East.*, cit. e WESTBROOK, R. Slave and master in ancient Near Eastern law. *Chicago Law Kent Review*, 70, 1995, p. 1631-1676. É sintomático que, em Larsa, uma grande parte dos contratos de compra de escravos refira-se justamente a pessoas reduzidas à escravidão por decorrência de dívidas (*a-na hu-bu-ul-li-shu* = 'por causa de sua dívida'): o devedor podia entregar a si próprio como pagamento ou a um membro da família, freqüentemente os filhos.

eliminar os efeitos corrosivos das relações inerentes ao mundo do trabalho, mas restaurar as condições de convivência no interior da comunidade. Isto é verdadeiro mesmo se um cálculo político por parte do palácio não deva ser totalmente excluído. A. Testart nos lembra o interesse do Estado em limitar, ou mesmo suprimir, a escravidão por dívidas: com efeito, a condição do escravo tende a subtrair o súdito dos mecanismos de controle do poder central (incluindo pagamento de imposto, conscrição militar etc.) e a consolidar o poderio de grupos à margem do Estado.⁹⁹

Do ponto de vista das intenções do palácio, as intervenções sobre os negócios imobiliários não representavam uma reação de auto-preservação contra uma crise mais geral, como era o caso de outras ações palacianas, tal qual havia notado Selz. No caso das vendas de terrenos, o palácio precavia-se contra os efeitos de uma tensão social que tinha sua origem no desequilíbrio das relações de parentesco e de vizinhança. Na escala reduzida da cidade ou das aldeias, tal desequilíbrio poderia ocasionar tumultos que punham em causa a autoridade real em seu papel de guardião da boa ordem e de mantenedora da justiça social. Por outro lado, pode-se imaginar que o palácio buscava, igualmente, limitar a influência da elite urbana que se beneficiava com a concentração fundiária. A importância crescente dos grandes compradores de terrenos – em termos materiais, mas também de prestígio – podia tornar-se rapidamente um motivo de inquietação para o rei. É sintomático que, a julgar pelas compensações conhecidas, os efeitos dos decretos reais não recaíam sobre os campos de cultivo de cereais, mas sobre os terrenos urbanos e, em menor grau, sobre os pomares destinados a uma arboricultura especializada. Parece que os grupos atingidos eram, sobretudo, as elites urbanas. É igualmente notável que as intervenções reais só tenham ocorrido a partir da terceira década do reino de Rîm-Sîn: durante o reinado de Warad-Sîn e os vinte primeiros anos de Rîm-Sîn, esta elite havia assegurado sua posição no interior da capital, beneficiando-se do processo de expansão do reino. A necessidade de administrar a nova dimensão da economia palaciana, delegando uma parte de suas tarefas, criou oportunidades para grupos situados à margem do quadro tradicional de funcionários e fez nascer uma camada social de empreendedores intimamente associados às atividades

⁹⁹ TESTART, A. *L'Esclave, la dette et le pouvoir*. Paris: Editions Errance, 2001, p. 163.

econômicas do palácio. A partir de um certo momento, que podemos situar por volta do ano 25 de Rîm-Sîn, o palácio tentou limitar os efeitos deletérios que esta nova situação criara para as relações de proximidade, em particular no âmbito da disputa pelo controle do espaço urbano e rural pelas famílias: a resposta encontrada foram os sucessivos decretos reais que, embora comuns na tradição babilônica, parecem ter sido uma inovação no caso de Larsa.

Abreviações

AbB: Altbabylonische Briefe (Leiden).

AHw: W. Von Soden - Akkadisches Handwörterbuch. 3 volumes. Wiesbaden, 1965-1981.

ARMT: Archives Royales de Mari, Textes (Paris).

BE: Babylonian Expedition (Philadelphia).

BIN: Babylonian Inscriptions in the Collection of J. B. Nies (New Haven).

BM: Tablete do British Museum (Londres).

CAD: The Assyrian Dictionary of the Oriental Institute of the University of Chicago.

CT: Cuneiform Texts (British Museum, London).

ED: Tablete de Tell ed-Dêr.

HG: Hammurapi Gesetz.

Ni: Tablete de Nippur - Museu de Istanbul.

TCL: Textes Cunéiformes du Louvre (Paris).

TS: Textos de Tell Sifr (Kutalla).

VS: Vorderasiatische Schriftdenkmäler (Berlin).

YOS: Yale Oriental Series (New Haven).